



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VIII — N.º 83 — SÃO PAULO, MAIO DE 1964 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

## JORNADA DE OITO HORAS!

## PALAVRA DE ORDEM NO CAMPO



Desenho de Julio Pomar

Centenas de milhares de camponeses estão neste momento empenhados em Portugal numa luta que se apresenta como a continuação natural das grandiosas manifestações, do 1.º de Maio: a luta pela JORNADA DE OITO HORAS DE TRABALHO! No momento em que o fascismo não se refez ainda da derrota que as forças populares lhe infligiram no Dia do Trabalho, incrementa-se a luta nos campos. Aos trabalhadores sem terra do Alentejo e do Ribatejo cabe agora o papel que tão heróicamente desempenharam os operários e estudantes de Lisboa no dia 1.º de Maio.

Todo o peso do aparelho repressivo do fascismo não impedirá que a palavra de ordem da JORNADA DE OITO HORAS seja cumprida, transformando-se em bandeira de combate do proletariado rural. De Santarém a Beja e de Sines a Elvas, os latifundiários e as forças da GNR, da Guarda Fiscal, da PSP e da PIDE, que os sustentam, mostram-se nestes dias desorientados e impotentes em face do inquebrantável espírito de luta dos assalariados agrícolas. A campanha contra as empreitadas é geral e não há concelho onde não tenham chegado os ecos do clamor que exige a PARALIZAÇÃO DAS MÁQUINAS ENQUANTO HOUVER FOICES ENCOSTADAS.

A repressão deixa atrás de si um rasto de violências e crimes. Mas não tem conseguido nem conseguirá abater o animo dos camponeses, sendo raros os que se contratam por salários inferiores aos mínimos exigidos. Uma das armas com que contam os latifundiários é a utilização em larga escala de grandes ranchos de "ratinhos", contratados nas Beiras. Mas, a exemplo do que aconteceu já no ano passado, a solidariedade dos forasteiros aos trabalhadores locais dá, em muitos casos, ensejo a magníficos movimentos de confraternização, ampliando a frente dos que lutam pela JORNADA DE OITO HORAS.

A inexistência de Juntas Patrióticas e de Comissões de Unidade em numerosas vilas e aldeias ajuda a explicar a menor participação dos trabalhadores dessas regiões. Em contrapartida, a luta alcança particular intensidade em concelhos como Moura, Aljustrel, Vendas Novas, Beja, Serpa, Montemor o Novo e outros cujos operários agrícolas se vêm distinguindo há muito pelo seu espírito de unidade. Essa descontinuidade na batalha em curso prova que há ainda importantes debilidades de ORGANIZAÇÃO a vencer para que seja possível aos camponeses sem terra do Alentejo e do Ribatejo oferecer ao fascismo uma frente única. Só dessa forma, UNIDOS E ORGANIZADOS, poderão desempenhar a tarefa histórica que lhes caberá no levantamento nacional. Se as condições de luta não são ainda as que todos desejaríamos, nem por isso é menos importante o combate que estão travando os camponeses do Alentejo e do Ribatejo. "Portugal Democrático" não poderia faltar-lhes com o seu incentivo. Ao fazê-lo, cabe relembrar a todos os trabalhadores da terra que enfrentam as pressões dos latifundiários e as metralhadoras da GNR o exemplo de Catarina Eufémiã, heroína do povo português, assassinada pelo tenente Carrajola quando lutava pela liberdade, pelo pão e pela promessa de vida que carregava no ventre. O seu sacrifício não foi inútil. Todos os Carrajolas do fascismo são incapazes agora de vencer os camponeses sem terra na luta vitoriosa que travam pela JORNADA DE OITO HORAS.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO



## FRENTE UNICA E PLURALIDADE DE TACTICA

Dissemos no artigo "Reflexões sobre a Unidade", de Fevereiro p.p., que a unidade anti-fascista portuguesa tinha de levar em conta a realidade nacional. O mesmo acontece naturalmente em relação às diversas formas de luta. Embora a unidade seja também uma forma de luta, uma medida táctica imprescindível para o desenvolvimento com êxito do processo revolucionário, ela é apenas um dos aspectos formais desse processo. Um aspecto dos mais importantes.

Por sorte, na etapa actual do movimento oposicionista português os partidários da Unidade de Acção representam a maioria esmagadora do povo português. Isto, que é de uma importância extraordinária, de uma significação política transcendente, só pode, no entanto, revestir-se dum conteúdo verdadeiramente patriótico e revolucionário se os adeptos e integrantes da Frente Patriótica transformarem a entidade unitária num organismo vivo e actuante aparelho e veículo instrumental do complexo político e táctico da revolução. As formas tácticas da revolução, as diferentes vias do processo revolucionário brotam directamente dos factores objectivos. Serão eficazes e darão os seus frutos enquanto estiverem enquadrados nas coordenadas reais do processo histórico nacional, mas serão estérteis e anódinas se o factor consciente não incidir de uma forma criadora na sua formação, direcção e desenvolvimento.

Os factores externos, a experiência dos outros povos, também influem consideravelmente nos processos da revolução. O prato da balança da História — isto é, as condições gerais objectivas da época contemporânea — inclina-se para o lado dos povos que lutam. Por mais distantes, cruentas e difíceis que sejam as lutas, cada povo oprimido conta hoje com factores permanentes de apoio e fontes de inspiração. A tendência histórica predominante da nossa época não favorece apenas o movimento de libertação dos povos: abre-lhes uma multiplicidade de caminhos.

As lutas de libertação afirmam-se e desenvolvem-se no cenário de uma luta de classes sem precedentes na história da humanidade. De 1919 a 1939 houve 177.400 greves com mais de 80 milhões de trabalhadores, de 1946 a 1960, 243.400 com 72,6 milhões, e em menos duma década assistiu-se ao declínio estrepitoso do colonialismo. Através e em consequência destas lutas variam constantemente as condições objectivas e portanto, também, as modalidades da luta.

A rápida transformação e deterioração das bases materiais da sociedade capitalista, os esforços que fazem as classes dominantes por sobreviver e a aglutinação das forças revolucionárias numa frente única mundial anti-imperialista, obrigam a utilizar simultaneamente as mais diversas tácticas e determinam uma forçada pluralidade de métodos de luta, legais e semi-legais, pacíficos e não pacíficos.

Conferem, entretanto, maior significação ao factor subjectivo como elemento impulsor dos acontecimentos. Esta hierarquização funcional do factor subjectivo no processo histórico faz cair sobre os ombros dos dirigentes políticos, dos partidos, das forças unitárias uma enorme soma de responsabilidade, porquanto, deles, depende, em grande parte, o êxito ou fracasso de determinadas acções revolucionárias. O acréscimo das premissas objectivas favoráveis ao desenvolvimento do movimento revolucionário, dá ao factor subjectivo uma categoria superlativa e aos dirigentes, às próprias massas e ao povo, uma margem maior de manobras e iniciativa criadora.

Nestas condições, as diferenças de critério que no campo táctico ainda são fortes entre nós, e que recrudesceram após a criação da FPLN, causando atritos nos vários grupos da Oposição, tendem naturalmente a atenuar-se e a desaparecer não só pelo esforço voluntário dos dirigentes como pela própria dinâmica da luta que, ao atingir fases superiores permitirá utilizar uma gama múltipla e variada de acções de tipo ofensivo: acções de massas, de auto-defesa, de carácter para-militar e armado.

Na hora presente a questão está colocada deste modo. Todos concordam em que a via mais provável para derrubar o fascismo em Portugal será a luta armada, o levantamento popular revolucionário.

Duma parte defende-se a tese de que a insurreição popular armada decorre dum processo interno prévio e necessário que está em pleno desenvolvimento. Parte-se do reconhecimento de que existem condições ob-

jectivas internas e externas favoráveis ao levante popular mas que faltam ainda os meios orgânicos, materiais e instrumentais, para o levar a efeito, e que estes meios serão logrados através da própria luta do povo português tanto mais pronto quanto essa luta chegue a um nível mais elevado e decisivo. Da outra parte afirma-se que todas as condições estão dadas e que se deve entrar já de pleno na luta armada, nas formas de luta violenta, iniciando o processo da insurreição popular.

Nós somos dos que cremos que se estão gerando rapidamente condições subjectivas que desembocarão numa situação revolucionária a curto prazo mas que ainda não existe verdadeiramente uma crise revolucionária. Porém não negamos razões e motivos aos que querem derrubar o fascismo agora mesmo. Respeitamos as suas opiniões e imparcialidade e, inclusive, no nosso foro íntimo desejáramos ser nós os equivocados, e que as coisas se pudessem fazer duma forma mais simples e directa.

Preconizamos por conseguinte que se trave um diálogo amistoso com os que pensam de outra forma se inicie a luta juntamente com eles, tendo em conta as suas concepções e tratando de as compreender, na suposição de que as nossas e as dos nossos aliados serão, igualmente, compreendidas e respeitadas.

Sinceramente — repetimos — pensamos que não sou a hora do levantamento nacional. Para que esse momento chegue seriam indispensáveis certas exigências de organização política e psicológicas, que ainda não existem ou não existem na medida desejada. Mas acreditamos também que essas condições subjectivas não surgem automaticamente por geração espontânea e podem e devem ser estimuladas e aceleradas de maneira deliberada e consciente pela acção da Oposição unida, pela intensificação das lutas de massas, pela aplicação justa de medidas tácticas e organizativas pertinentes, flexíveis e audazes. Julgamos possíveis e proveitosas certas acções ofensivas e de auto-defesa, de agitação em grande escala em apoio das acções populares de massas que, ao não contradizendo a orientação e objectivos da Frente Patriótica, serviriam ao mesmo tempo como via de escape para aqueles sectores oposicionistas partidários à outrance da luta armada e sem mais delongas.

Geralmente os que preconizam que chegou já a hora da insurreição, regeitam por nulas e inoperantes as outras formas de luta não violentas. A meu ver, é esse o seu lado mais negativo pois, ao negarem a utilidade e validade das formas de luta mais diversas — legais e semi-legais — arrastam e condenam as massas à inércia, à espera, à crença de que algo virá de cima e de algures. Uma coisa é desejar e preconizar a acção directa, a luta armada, e outra coisa muito diferente organizar e desencadear a luta armada. Se esta não se leva a cabo não é certamente por falta de vontade de derrubar a ditadura senão por dificuldades inerentes e derivadas do próprio grau de desenvolvimento da luta.

A maior prova disso, é que, precisamente, muitos dos que apregoam e querem a luta armada para agora mesmo, tanto os de dentro de Portugal como os de fora, se veem impedidos de realizar efectivamente agora mesmo acções de tipo que defendem ou porque não dispõem dos meios para o fazer ou porque não os secundam nem os restantes sectores da Oposição nem o próprio povo português. Do contrário, a insurreição estaria em marcha... e Salazar no Inferno!

Sem nenhum preconceito contra estes companheiros de luta antes pelo contrário mostrando compreensão e tolerância, deve-se não tanto convencê-los de que estão errados como comprometé-los e obrigá-los a empreender também acções conjuntas de outro tipo, acções que, muito mais que as palavras, servirão para os convencer da verdade e para nos aproximarmos o minuto insurreccional tão desejado por eles, por nós e por todos.

Aproximamo-nos velozmente do instante em que as tácticas pacíficas e não pacíficas poderão ser aplicadas e é melhor que sejam discutidas, consentidas e provadas no âmbito da Frente Patriótica que se processem de forma incontrolada e espontânea, podendo então, sim, retardar ou prejudicar o movimento revolucionário. Se a Frente Única se compõe de sectores sociais com características divergentes, é natural e inevitável que cada sector defenda posições diferentes. Se teoricamente damos aos nos-

## Reforma Agrária no Sec. XIV

por Maria Archer

Lendo ha dias a CRONICA DE D. FERNANDO, do veneravel Fernão Lopes na parte relativa à legislação economica, e chegando ao capitulo LXXXIX (89), encontrei este titulo suggestivo: "Como El-Rei D. Fernando ordenou que as terras do seu Reino fossem todas lavradas e aproveitadas". O trecho que agora traslado é o mais ajustado às coordenadas do momento histórico que atravessamos, aquem e alem mar. Passei-o à linguagem dos nossos tempos para o tornar intelligivel a toda a gente.

(") Ora assim disse El-Rei Nosso Senhor, considerando que em toda a parte do seu Reino ha falta de trigo e cevada e outros mantimentos, de que, entre todas as terras do mundo, já foi o mais abastado; e que esse pouco mantimento que existe foi posto em tamanha carestia que aqueles que têm que se manter com certo trato não podem obter mantimentos sem desbaratar sua fazenda, etc., etc...

(") Ordenou El-Rei que se fizesse por esta guiza; Mandou que todos que tivessem herdades de sua propriedade ou aforadas, ou por outro qualquer titulo, fossem constringidos a semeal-as e lavra-las. E se o dono das herdades as não pudesse lavar, por serem muitas, ou situadas em diversos lugares, que lavrasse por si mesmo as que quizesse e as outras as mandasse lavar, ou as desse a lavrador que o fizesse; de guiza que todas as herdades que deveriam dar trigo ou cevada ou milho fossem lavradas e semeadas. E que fossem obrigados a trabalha-las com os bois e as coisas que à lavra pertencem. E se aqueles que tivessem precisão dos bois não pudessem obtê-los senão por altos preços, deveriam ser providos pela Justiça, com preços razoaveis, conforme o uso local; e que fosse marcado o tempo proprio aos que tivessem que semear, sob certas penas. E quando os donos das herdades as não aprovei-

tassem, ou dessem a aproveitar, que as justias as dessem a quem as lavrasse, sob pagamento em especie, que não seria feito em beneficio do dono mas em proveito comum do lugar em que essas herdades existissem.

(") E em cada cidade, ou vila, ou lugar, havia de haver dois homens bons que verificassem quais as herdades para dar mantimentos e as fizessem lavar por vontade ou constringimento, combinando entre o dono, delas e os lavradores o que razoavel fosse de dar-lhes mutuamente; e quando o senhor da herdade não quizesse convir em cousa que fosse razoavel, que a perdesse para sempre, e que o rendimento dela fosse para o bem comum, onde o houvesse".

Estes "dois homens bons" não representam o que se chama, hoje, uma Comissão Parlamentar de Inquerito porque têm, a mais, poderes executivos. No seculo XIV ainda Montesquieu não escrevera o seu *L'Esprit des Lois*, a pedra fundamental dos estados modernos, a obra em que se estabelece a divisão dos Poderes do Estado pelo legislativo, o executivo e o judicial, retirando à antiga Justiça a maior parte da extensão e força do seu braço, bem longo na Idade Media.

É também de notar que no Portugal do seculo XIV já se reconhecia o valor social da propriedade imobiliária e a prioridade desse merecimento sobre o direito de posse sempre que estivesse em causa a sobrevivência do Reino. O principio politico da encampação da empreza agricola mal administrada, ou subtraída à utilização pública, isto é, desviada do serviço social da Nação, resalta nitidamente desta legislação medieval.

Mais ainda: Encontramo-nos aqui na presença dum postulado que não aparece em nenhum dos projetos de Reforma Agraria contemporaneos e chegados ao meu conhecimento — o de que a indenização devida ao proprietario "constringido" seja "razoavel" e arbitrada pela Justiça, após o

que, não havendo entendimento entre as partes, o direito de posse seria confiscado ao proprietario, e suas terras entregues ao "bem comum".

Não entendo integralmente este termo "bem comum" por estar accentuado de "onde o houvesse". Cuido que Fernão Lopes se referiu a bens concelhios ou municipais, não aos do Estado. Possivelmente logradouros ou baldios. Se o cronista quizesse indicar os bens do Estado teria empregado a palavra "Reino".

Não pode haver qualquer duvida, após esta breve leitura, da secular existencia, em Portugal, do principio politico da encampação da propriedade, se a mesma tiver sido desviada do seu fim de utilidade social, e com indenização ao proprietario. Se algum voltar a afirmar-me que esse aspecto da questão agraria foi gestado pelas filosofias do materialismo dialectico, protestarei e dando o seu a seu dono recomendaré ao ignorante que estude a legislação portuguesa do seculo XIV.

## O Fascismo Português Condenado Pela COSEC

A X Conferencia Internacional dos Estudantes (COSEC), organização com sede em Leiden, na Holanda, ao reunir-se recentemente em Quebec, no Canadá, ocupou-se largamente do problema do fascismo português, aprovando duas importantes resoluções, uma directamente referente a Portugal e a outra aos territorios africanos submetidos pelo colonialismo salazarista.

A primeira, depois de extensos considerandos sobre a situação geral, a situação dos estudantes, das associações academicas e das universidades e a vida intelectual em geral, termina nestes termos:

"Esta Conferencia —  
— Condena a arbitraria interferencia do regime de Salazar nas organizações academicas existentes em Portugal;

— Considera que é necessario que termine a ditadura para se conseguir uma melhoria fundamental da situação universitaria e se realizem as aspirações dos estudantes portugueses;

— Exprime a sua solidariedade para com os estudantes Portugueses na sua luta pela autonomia universitaria, liberdade de associação, liberdade de reunião e liberdade de expressão; (...)

— Condena como medida injustificavel e arbitraria a recusa do governo português à presença da organização nacional dos estudantes portugueses nesta conferencia; (...)

Esta Conferencia recomenda a todas as Unioes Nacionais:  
— Que suspendam todas as relações com a Mocidade Portuguesa, considerando esta organização como um agente do governo Português.

Esta Conferencia dá poderes à COSEC para que preste toda assistencia técnica possivel à organização nacional dos estudantes Portugueses, enquanto reflectir a vontade da maioria dos estudantes portugueses".

É do seguinte teor a resolução sobre o problema colonial:

"A Décima Conferencia Internacional dos Estudantes:

— Em vista dos sofrimentos e martirios causados pela fatal repressão imposta pelo governo colonial Português, que resultou já na morte de dezenas de milhares de africanos de todas as idades; (...)

— Em vista do facto de não existir qualquer universidade ou instituição de ensino superior na Africa dominada pelos Portugueses e do ensino secundario ser quase exclusivamente reservado as populações brancas; (...)

— Por conseguinte:  
— Condena com a maior firmeza o colonialismo retrógrado de Portugal em Africa, brutalmente demonstrado pelos massacres desumanos em Angola e que ameçam repetir-se em Moçambique e outras colónias Portuguesas em Africa.

Esta Conferencia entrega a COSEC um mandato para:

— Estudar a situação dos estudantes destes territorios, quer vivam nêles, em países vizinhos ou noutros, e que estejam impossibilitados de continuar os seus estudos, dando-lhes toda a possivel assistencia moral e material;

— Ajudar os estudantes que do exterior combatem contra o jugo do governo Português, de forma a poderem consolidar a sua unidade para a luta em que eles e os seus povos estão empenhados.

## PEQUENAS NOTICIAS

● Os países afro-asiáticos participantes da Conferencia Mundial de Comércio, realizada em Genebra, publicaram uma declaração informando que não admitem qualquer especie de cooperacao com representantes dos governos de Portugal e da Africa do Sul.

● Os oito navios de guerra encomendados por Salazar a estaleiros franceses custarão mais de quatrocentos milhões de escudos. Os proprios officiais fascistas da Marinha de Guerra reconhecem que os três submarinos incluídos nesse programa serão perfeitamente inúteis para quaisquer fins militares...

● O general Charles Willoughby, elemento ultra-direitista do Exército norte-americano, e ex-chefe dos serviços de informação de Mac Arthur, é um dos propagandistas mais ativos da guerra colonial que Salazar move ao povo angolano e vem defendendo insistentemente o apoio do seu país ao governo português.

● O novo governador da Guiné, brigadeiro Arnaldo Schulz é conhecido nos meios militares pelas suas convicções fascistas. Quando ministro do Interior, após a campanha do general Humberto Delgado, em 1958, ficaram célebres os seus discursos de exaltação das violencias policiaes.

● A EUROVISION (televisão Pan-europeia) realizou no passado mês de Março um "Festival da Canção Europeia", que decorreu no grande Teatro Tivoli, em Copenhagem, destinado a cerca de 100 milhões de telespectadores europeus. Na sessão do dia 21 daquele mês, o público e os telespectadores foram surpreendidos pela rápida e inesperada entrada em cena

dos aliados direito á que professam as suas idéias mas na prática lhes negamos a oportunidade de as materializar, na base de compromissos e concessões mútuas, é previsível a rutura da Frente Única a breve prazo e a eclosão de acções isoladas e individuais.

Tudo nos leva a crer que se aproxima o momento de tomar por assalto a fortaleza fascista e, tanto no assalto final como nas acções prévias preparatórias, as tácticas mais disparadas terão um ponto de coincidência ao convergirem todas para um mesmo fim estratégico: a conquista do Poder pela via revolucionária.

As tácticas forjam-se, provam-se e comprovam-se no fragor do combate. A luta dirá quais foram e quais são as melhores e mais adequadas.

J. L. Mendes

de um jovem dinamarquês, que exibiu durante alguns segundos um distico onde se lia: "Boicoteamos Franco e Salazar!" O incidente verificou-se pouco antes de ter sido ouvida a canção representativa de Portugal.

● Em 24 de março p.p., foi solenemente comemorado em Roma o 20.º aniversário do sacrificio dos 335 mártires da Via Ardeatina, com a presença do presidente do Conselho de Ministros, A. Moro; do vice-presidente, P. Nenni; presidente da Assembléa Nacional italiana; cardinal Tisserant e muitas outras altas personalidades, que assim homenagearam a memória daqueles patriotas italianos, chacinados pelos nazis. Entre as coroas de flores depositas no mausoléu, contava-se uma, com fitas vermelhas e verdes, oferecida pela Frente Patriótica de Libertação Nacional portuguesa.

● Segundo a revista "Visão", "tropas da Frente de Libertação de Moçambique preparam-se para invadir essa colonia portuguesa, partindo de postos localizados na fronteira de Tanganika."

## Salazar na Imprensa Mundial

CINCO SECULOS DE PRESEÇA PORTUGUESA...

"Estabeleceu-se o "controle completo" sobre Angola só em 1919, segundo afirmam historiadores officiaes portugueses, mas mesmo depois — em 1922 e 1939 — houve levantes em larga escala Parte da razão, pela qual "o controle" de Angola foi um processo tão demorado é a de que havia muito poucos portugueses em Angola. No início deste seculo, havia só mais ou menos nove mil; em 1940, 40 mil e em 1950 mais ou menos 80 mil. Havia também mais ou menos trinta mil "assimilados" e vinte e cinco mil pessoas de ascendencia mista. Nos últimos oito ou nove anos, porém, mais ou menos 150 mil portugueses fixaram residencia no territorio; foram encorajados a emigrar para lá para fortalecerem uma barreira contra o nacionalismo angolano, mas há quem afirme que a tendencia desses emigrantes tem sido a de diluir também o nacionalismo branco. Em todo caso, longe de ser uma das primeiras colonias africanas a ser ocupada completamente, Angola foi uma das ultimas".

(De "The New Yorker", Nova York)



# Nolas e comentários

## O 1.º DE MAIO

A evolução da situação política portuguesa nos últimos anos comporta ensinamentos que nunca será demais repetir.

O primeiro, e mais importante, é a convicção cada vez mais generalizada, de que as acções de massas são a forma mais eficiente e o caminho mais curto para o derrubamento da ditadura fascista. O segundo, indissoluvelmente ligado ao primeiro, é o de que a organização e a unidade das forças democráticas com vistas ao levantamento nacional, constituem as bases fundamentais para o desenvolvimento vitorioso da revolução nacional libertadora.

No quadro da evolução das lutas populares, verifica-se ainda que os factores de capital importância a unidade da classe operária — cuja capacidade dirigente se afirma cada vez mais — e as alianças da classe operária com o campesinato, com o movimento estudantil e com os povos das colónias.

A jornada do 1.º de Maio, que pôs em movimento milhares de operários, camponeses e estudantes, foi uma magnífica e clara demonstração destas lições.

O governo fascista de Salazar dispondo de forças repressivas treinadas e bem armadas, de comandos cuidadosamente seleccionados e de quadros numerosos em todo o aparelho do Estado, foi impotente para impedir as manifestações do 1.º de Maio. Importa agora saber tirar as lições necessárias para que possamos honrar os patriotas que caíram na jornada sangrenta de Maio.

A intensificação das lutas pela satisfação de reivindicações económicas, políticas e sociais; a multiplicação e ampliação dos organismos unitários; a consolidação e desenvolvimento da unidade, especialmente da unidade de acção operária-camponesa — estudantil, continuam sendo os factores determinantes do enfraquecimento da ditadura e da criação das condições indispensáveis à insurreição popular. Tornam-se, por isso, as tarefas prioritárias para todos os patriotas que querem abrir caminho para a democratização do país.

Com objectivos políticos convenientemente estudados e em conjugação e como estimulante de acções de massas, — como se salienta nas resoluções da II Conferência da F.P.L.N. — outras tarefas de carácter agressivo contra o aparelho de Estado fascista, podem e devem ser realizadas. Porém, para que as acções violentas exerçam um papel positivo no desenvolvimento do movimento revolucionário é preciso que as lutas populares cresçam e se multipliquem, que a unidade e a organização se amplie e fortaleça.

A classe operária e os estudantes de Lisboa escolheram este caminho e puderam dar à luta anti-fascista vigoroso impulso e importante vitória.

Todos os democratas e patriotas construíram, perante o sucesso e os sacrifícios que esta vitória comportou, um dever inadiável: continuar a luta sem quartel para varrer da terra portuguesa o regime que, também em Maio, completou 38 anos de opressão, de terror e miséria para o povo de Portugal.

A. A.

## A SOBREVIVÊNCIA DO FASCISMO

Centenas de milhões de homens comemoraram em dezenas de nações, no passado mês de maio, mais um aniversário da vitória da Democracia sobre o Fascismo. Dezanove anos passaram desde o dia em que nas ruínas de Berlim o marechal Keitel assinou o protocolo que consumou a capitulação incondicional do III Reich. Nesses 19 anos, o homem lançou-se à descoberta do Cosmos, o socialismo criou raízes sólidas numa terça parte do planeta, e a humanidade, na sua luta por uma Paz definitiva, deixou de acreditar no mito da inevitabilidade da Guerra. O fascismo, entretanto, não foi sepultado com a derrota militar. Conseguiu sobreviver ao esmagamento do seu bastião principal.

Intervindo na Bélgica, em novembro de 44, e na Grécia, em dezembro do mesmo ano, a Inglaterra e os Estados Unidos não esperaram sequer o fim de Hitler para significar ao Mundo a sua disposição de reinstalarem no poder, em toda a sua zona de influência, a velha classe dominante, opoendo-se *manu militari* aos anseios de liberdade dos povos que pretendiam decidir dos seus próprios destinos. Em tais condições, Franco e Salazar, não só se mantiveram no po-

der como passaram mesmo a ser tratados como amigos e aliados. Sendo o fascismo um casamento formal entre o Estado e o capital monopolista, os dois países ibéricos, ambos subdesenvolvidos, embora em escala diferente, não podia deixar de atrair as atenções e simpatias dos monopólios internacionais.

Incapaz de superar a estagnação e o desemprego pela utilização racional dos recursos materiais e humanos da Nação em benefício da colectividade, o fascismo salazarista, de origens e feição diversas do modelo italiano, e sem a possibilidade de aventuras guerreiras, sustentou-se legalizando o terror e vendendo as riquezas nacionais aos grandes monopólios europeus e norte-americanos. Todos sabemos até que ponto Portugal deixou de pertencer aos portugueses em consequência dessa política de leilão permanente.

Todos os portugueses sabem hoje o que são e o que valem a LEI E A ORDEM do fascismo, florão de glória de um regime que, em nome da moralização, arruinou e vendeu o País e vem violando há 38 anos de modo sistemático os direitos do homem, cometendo os crimes mais abjectos. Foi, não o esqueçamos, sob a bandeira da "restauração" da LEI E DA ORDEM que as Forças Armadas se converteram em docil instrumento de repressão, que as corporações e milícias fascistas organizaram o terror policial, que o nível de vida dos trabalhadores desceu continuamente enquanto os lucros dos grandes monopólios atingiram cifras fabulosas. O preço que o povo pagou pela LEI E PELA ORDEM foi a abertura de campos de concentração como o do Tarrafal, a instituição da censura, a imposição de uma religião, de uma história, de uma economia, de uma VERDADE oficiais. E paga agora em sangue um preço ainda mais alto, envolvido, numa guerra colonial em que a pretexto de defender a "unidade nacional", o fascismo serve os interesses dos monopólios nacionais e estrangeiros.

Isto 19 anos depois de milhões de homens terem morrido para erradicar da face da terra o fascismo. A semente sobreviveu. E não tenhamos ilusões. O povo português não tardará a extirpá-la. Mas ela continuará a germinar alhures enquanto a estrutura do capitalismo, embora danificada, não for derrubada. Como muito bem salienta o sociólogo norte-americano Paul Sweezy, quando o equilíbrio de forças se torna de difícil manutenção da produção e irrompe em consequência uma crise económica, "a classe capitalista abraça o fascismo como única saída para os seus problemas, de outro modo insolúveis". M.U.R.

## OS 75 ANOS DE SALAZAR

O 1.º fascista português entrou há pouco no seu 76.º ano de existência. A sua avançada idade desde há tempos inspira a esperança da sua morte próxima e de que, com ela desapareça simultaneamente o fascismo português.

Nunca deixaram de circular, aliás, boatos acerca de maleitas mortíferas de Salazar, os quais sempre incutiram em numerosos democratas portugueses aquela mesma esperança, de que, com o bicho, em breve morreria também a *peçonha* do regime.

Trata-se, num e noutro caso, de uma espécie de *salazaricídio* passivo e insusceptível de punição, por isso mesmo cómodo, com que muitos vêm sonhando como o fim dos males que afligem o povo português.

Não é necessário ser atuariário de seguros de vida para se ter a certeza de que Salazar está agora mais próximo da morte do que quando assumiu o lugar de primeiro fascista português. Na verdade, ele não poderá viver muitos mais anos ou, pelo menos, não poderá reunir durante muito mais tempo as condições físicas e mentais para se manter à frente do aparelho político do fascismo português. Mas não é menos verdade que Salazar poderá continuar a desempenhar esse papel por mais 6,8 ou mesmo 10 anos, não vindo, nesse caso, a ser o seu o único exemplo de longevidade política.

Deste modo, a adiantada idade em que se encontra o primeiro fascista português não deve por forma nenhuma funcionar como ópio dos democratas portugueses, distraíndo-os da acção anti-fascista e do trabalho organizativo. Paralizar total ou parcialmente esta actuação pensando expressa ou tacitamente na proximidade, que é relativa, da morte de Salazar seria o mesmo, na prática, que

prejudicar o trabalho de massas e de quadros anti-fascistas em nome de "iminentes" golpes de estado ou intervenções de potências estrangeiras a favor da democracia no nosso país.

Acresce, ainda, que a morte do primeiro fascista português ou a sua final incapacidade para manter-se à frente do governo não poderá em nenhuma circunstância representar a mecânica substituição do fascismo pela democracia.

Não há dúvida de que o desaparecimento físico ou político do ditador implicará sérias dificuldades para os demais expoentes económicos e políticos do fascismo português, aguçando os conflitos internos que os dividem e podendo mesmo conduzir a certas formas expressas de inter-oposição. Mas podemos estar certos de que nunca essas dificuldades e esses conflitos resolverão por si próprios o problema político português, pois os fascistas têm hoje a suficiente experiência para conseguirem aquilo que por vezes tem sido mais difícil de obter por parte dos democratas: a unidade da respectiva área política.

O desaparecimento físico ou político de Salazar tornará mais fortes — isso sim — as nossas possibilidades de acção democrática, pelo alargamento do nosso campo a queles sectores nacionais que então se não sentem inseguros quanto à nova liderança fascista e, na mesma medida, pela maior receptividade do país, das populações brancas das colónias e até dos meios internacionais reaccionários às nossas reivindicações sociais e políticas e aos nossos objectivos de luta. Mas não será um governo Adriano Moreira nem um governo Craveiro Lopes que dará de presente ao povo português, como uma dádiva do céu, a democracia pela qual este anseia.

Só a acção do próprio povo levará à conquista da democracia. E no caso do desaparecimento do ditador mais necessária será ainda, para obstar à consolidação do poder da nova clique fascista, a existência de instrumentos de luta popular já organizados e experientes, por forma a imediatamente poderem dar o seu máximo rendimento em todos os sectores da vida nacional. Não sendo assim, teríamos apenas um cadáver insepulto, a ornamentar a mesma engrenagem fascista.

O verdadeiro entêrrico do actual primeiro fascista português jamais será feito pela sua família política: ao contrário, serão os democratas que terão de fazê-lo. E a maior certeza que podemos ter a este respeito é que o esquife deverá ser preparado com a necessária antecipação.

M. S.

## A Holanda Contra Salazar

A convite do Comité Holandês de Auxílio à luta do Povo Português e dos Povos das Colónias Portuguesas, o destacado democrata sr. Antonio de Figueiredo, deslocou-se recentemente à Holanda, tendo ali pronunciado uma série de conferências sobre a situação política nacional.

O sr. Antonio de Figueiredo expôs os objectivos da FPLN e as decisões da II Conferência, realizada em janeiro, comentando largamente as mesmas, de modo a tornar mais saliente a importância do esboço de programa político que mereceu o acordo das várias correntes democráticas unificadas na acção anti-fascista. Nas suas conferências aquele democrata insistiu também nas consequências nefastas da guerra colonial, definindo a posição da FPLN em defesa do direito à autodeterminação e à independência dos povos coloniais.

Durante a sua permanência na Holanda, o sr. Antonio de Figueiredo avistou-se com os srs. Van der Stoep e Patijn, do Partido Socialista Holandês; Slotemaker de Bruine, do Partido Socialista Pacifista; Stoffels Van Haften, do Partido Liberal e almirante Moorman e dr. Westerterp, do Partido Católico, actualmente no poder.

A imprensa holandesa publicou com relevo as principais afirmações do sr. Antonio de Figueiredo sobre a luta do povo português contra o fascismo e a guerra colonial.

## Americo Tomás em Moçambique

O presidente fantoche da República, Americo Tomás partirá no dia 23 de junho próximo para Moçambique. Coincidindo com a divulgação do programa de visita, foi anunciado em Lisboa o nome do novo governador-geral de Moçambique, general José Augusto da Costa Almeida.



Para Franco passaram os tempos aureos do fascismo. Hoje evita os desfiles, os generais de opereta e finge de algar com os grevistas. Quer ser um Europeu e dá ordens ao ministro Fraga Iribarne para declarar em Paris que a Espanha desaprova a política colonialista de Salazar...

## Objectivos e Resultados da II Conferência da F.P.L.N.

Definidos por Pedro Soares

Entre os dirigentes da FPLN que participaram do amplo trabalho de esclarecimento levado a efeito junto da opinião publica europeia para divulgação das resoluções da II Conferência realizada em janeiro, algures na Europa, figurou também o dr. Pedro Soares ao qual coube a missão de efetuar em Paris uma Conferência de Imprensa.

Na impossibilidade de transcrevermos as declarações contidas no extenso documento que então entregou aos representantes da imprensa francesa, antes de responder às suas perguntas, reproduzimos abaixo algumas das suas passagens mais expressivas.

### QUE PRETENDEMOS?

(...) "Os objectivos políticos, economicos e sociais definidos pela II Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional são particularmente importantes e dão-nos uma ideia precisa da justiça da nossa causa e dos fins da nossa acção.

Que pretendemos afinal? Antes do mais, queremos destruir o Estado fascista para podermos construir um Estado democratico. Pensamos que não é possível resolver os problemas de um país oprimido e posto a saque pelas forças mais reaccionárias sem extirpar as causas do mal estar nacional, as causas do atraso geral, da miséria do povo, do obscurantismo, da opressão, do terror, sem extirpar as causas do descredito internacional do nosso país, sem extirpar o regime fascista.

Mas a II Conferência quer ir mais longe. Quer realizar uma politica economica que coloque Portugal na situação de um país industrial avançado, mas numa base nacional em vez de apelar para a penetração dos monopólios que se apropriaram em benefício proprio de uma parte consideravel das riquezas de Portugal.

Queremos conquistar a nossa verdadeira liberdade de viver sem sujeições economicas e politicas, edificando nós proprios um futuro de progresso social para o povo, para as camadas menos favorecidas do nosso País.

A Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional pronunciou-se sobre uma reforma da estrutura agrária, pois queremos por termo à situação horrorosa existente no campo. Vestígios medievais que se mantêm revelam profundas contradicções sociais e mostram a necessidade de se pôr um pradeiro a uma situação que retarda o desenvolvimento da economia nacional.

A II Conferência reafirmou a necessidade de colocar à disposição das camadas mais largas da população as riquezas do País".

(...) "A luta da Frente Patriótica de Libertação Nacional quer trazer uma solução aos problemas angustiosos das camadas trabalhadoras da população e das classes medias, defendendo os seus interesses, fazendo aplicar uma politica democratica. A Frente Patriótica de Libertação Nacional quer também realizar uma lar-

ga politica democratica para difusão da cultura num país onde há ainda 40% de analfabetos, onde o ensino secundario e superior são inacessíveis aos descendentes das classes trabalhadoras, onde a frequência escolar é muito baixa em relação à população. Queremos apagar essa vergonha do analfabetismo, criando condições que permitam ao povo instruir-se, frequentar, os estabelecimentos de ensino secundário e superior, de maneira a dar a Portugal quadros capazes de desempenharem as tarefas cabíveis numa verdadeira democracia. A nossa II Conferência reafirmou também a necessidade de por em pratica no Portugal livre de amanhã uma politica de assistencia social e de segurança social pela qual se procederá ao saneamento da desoladora situação da saude publica sob o regime de Salazar".

### O POVO VENCERÁ O FASCISMO

(...) "A nossa II Conferência permitiu-nos avançar, aproximar-nos do objetivo da nossa luta. O fascismo português enfrenta contradicções insuperáveis. Apesar da repressão feroz apesar do reforço do aparelho policial, apesar do crime e da tortura utilizados contra os patriotas, contra os democratas de todas as tendencias, contra intelectuais, padres, jovens e mulheres, liberais e socialistas, comunistas e catolicos, o fascismo oscilla, sente que se aproxima o dia da sua derrota final, o dia da vitoria das forças democraticas, o dia da liberdade dos nossos amigos encarcerados nas masmorras salazaristas, o dia em que o nosso povo experimentará a alegria inesquecivel da sua luta. Venceremos, estamos certos.

A nossa Frente Patriótica de Libertação Nacional alastrará a sua acção. Conta com novas energias. Reforçou as suas fileiras, o seu espirito de luta, a sua organização nacional. Reforçá-la-á ainda mais. Hoje, o general Humberto Delgado, candidato da Oposição nas ultimas eleições presidenciais acha-se à cabeça da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Tornou-se o presidente da Junta Revolucionaria Portuguesa e trouxe à F.P.L.N. o seu entusiasmo, a sua confiança, a sua grande influencia politica no País.

O nosso combate é difícil, como o são todos os combates contra as forças da reacção que querem a todo o preço defender os seus interesses. Salazar conta com apoios internacionais, com o apoio dos meios dirigentes de certos países continentais. Se essa ajuda lhe faltasse já teria sido derrubado. Mas as lições da história ensinam-nos que não há apoio, que não há força que possa levar de vencida um povo decidido a conquistar a liberdade pelo preço do seu sangue e de todos os sacrificios.

O nosso povo está nessa senda heroica. Atingirá o objectivo que se propõe. Vencerá o fascismo! Construirá a Democracia. Libertará Portugal".



# ESTUDANTES CONTRA SALAZAR

Desde há muito que os estudantes portugueses, das Universidades e agora também das escolas técnicas e dos últimos anos dos liceus, se vêm afirmando como corajosos combatentes da Democracia, ao lutarem pela autonomia estudantil e ao mostrarem crescente compreensão de que essa autonomia está intimamente dependente da libertação do povo português.

No corrente ano, as primeiras manifestações estudantis de grande envergadura tiveram lugar em Fevereiro e Março, em torno da comemoração do Dia do Estudante.

## Uma Comemoração Proibida

No decorrer do mês de Fevereiro do presente ano, as Associações de Estudantes de Lisboa enviaram ao Ministro da Educação Nacional uma carta solicitando autorização para comemorarem o Dia do Estudante. O Dia do Estudante é celebrado desde 1950 e nele as Associações de Estudantes comemoram habitualmente mais um ano de actividades, aproveitando para fazer o balanço de todos os trabalhos levados a cabo. Em 1962, o Dia do Estudante foi proibido e as reacções dos estudantes a essa medida deram origem a uma série de conflitos, que as forças policiais transformaram em brutais cenas de repressão e que culminaram com a prisão de cerca de 1.000 estudantes.

Este ano após diversas semanas de espera, chegou a resposta do Ministro, que como no ano anterior, proibiu a realização das comemorações. Na decisão ministerial, foram invocados novamente os argumentos utilizados no ano passado: que a nova corrente sindical surgida no movimento associativo dos estudantes portugueses (já triunfante em quase todos os movimentos estudantis do mundo) pretende criar no seio do Ensino português conflitos entre professores e alunos. Por outro lado, os acontecimentos de 1962 serviram este ano de pretexto para a nova interdição.

Após a proibição das comemorações, o órgão coordenador das A.A. EE., e R.I.A. (Reunião Inter-Associações), que engloba representantes de todas as Associações e Comissões Pré-Associações (Comissões constituídas em diversos estabelecimentos de ensino para promover a constituição de Associações e que as autoridades têm perseguido violentamente), reuniu para deliberar sobre a atitude a tomar perante as medidas do Ministério. Nessa reunião, que se efectuou no dia 13 de Março, concluiu-se que a proibição representava mais um atentado contra a liberdade associativa e a autonomia da Universidade e que a não comemoração seria uma prova de tibieza perante uma atitude completamente arbitraria. Nesta medida, os dirigentes resolveram levar por diante o programa já elaborado:

SABADO, dia 14 — 12 h — Sessão de abertura no Instituto Superior Técnico;

15 h — Colóquios sobre a planificação do ensino (I.S.T.);

21 h — Jantar de confraternização (I.S.T.).

DOMINGO, dia 15 — 16 h — Sarau cultural (I.S.T.).

Tomada esta decisão, ela foi comunicada aos estudantes de todas as Faculdades, Liceus, Escolas Técnicas, Colégios, etc. através das respectivas Associações e Comissões Pré-Associação, fazendo-se uma intensa propaganda das festas e das circunstâncias de que se tinha revestido a proibição oficial.

No sábado, dia 14, o diretor do Instituto Superior Técnico (Faculdade de Engenharia), em cuja Associação se realizavam todos os actos, ordenou que os portões de acesso ao Instituto fossem encerrados, com excepção de um que ficou guardado por diversos porteiros, com ordem para apenas deixarem entrar os estudantes que comprovassem serem alunos daquela Escola. Entretanto, concentravam-se na esquadra de polícia mais próxima daquela escola diversas viaturas com agentes das brigadas de choque (policiais especialmente treinados para a repressão das manifestações de rua e que são conhecidos pela sua brutalidade, em número superior a 150 homens, além do "carro de água", veículo provido de diversas mangueiras que lançam jactos de água ou (o que é mais frequente)

de qualquer outro líquido como o azul mitileno. Por volta das 11.30 horas, estudantes universitários, liceais, das escolas técnicas etc. começaram a afluír ao I.S.T. onde depararam com os portões encerrados e a proibição de entrar. À medida que iam chegando, iam-se aglomerando no largo fronteiro ao Instituto, não tardando em aparecer a polícia, que então se limitou a permanecer no local. Em face da situação, foi decidido que todos se dirigissem para a Cidade Universitária, onde se faria uma concentração.

## ... Uma Comemoração Realizada

Transportando bandeiras e cartazes alusivos à situação geral da Universidade ("Unidos venceremos", "Não cedemos perante a força", etc.) a multidão de estudantes dirigiu-se a pé para a Cidade Universitária, através dos bairros de Areiro e de Alvalade. Estes são bairros residenciais, razão por que àquela hora registavam grande movimento dos moradores, que vinham almoçar. Quando o cortejo se encontrava a alguma distância já do I.S.T., surgiu novamente a polícia de choque, que desta vez carregou sobre os estudantes. Gerou-se uma enorme confusão, pois o trânsito foi interrompido pelas correrias e fuga dos estudantes (cujo número era superior a 1.000), e que motivou um engarrafamento monstro, que se estendeu num raio superior a três quilómetros do local da carga. Aproveitando este engarrafamento, os estudantes fugiam à polícia por entre os carros, ao mesmo tempo que convidavam os condutores a tocar os claxons ao que muitos acederam. O ruído das buzinas e os gritos dos estudantes, ainda mais aumentaram a confusão, prolongando-se as correrias e perseguições durante mais de uma hora, ao longo dos 2 quilómetros da Avenida de Roma. Durante estes acontecimentos foram presos diversos estudantes (rapazes e raparigas) tendo mais tarde sido solta a maioria. (No entanto, três estudantes continuam presos). Houve alguns feridos. Finalmente, todos chegaram à Cidade Universitária, onde a polícia apareceu pouco depois. Os dirigentes deram então indicações para que os estudantes se dirigissem em pequenos grupos para a Faculdade de Ciências. Assim se fez, e, por volta das 15 horas, 2.000 estudantes, incluindo já as delegações das Universidades do Porto e de Coimbra, aglomeravam-se na Associação da Faculdade de Ciências. Nesse local realizou-se uma RIA relâmpago, decidindo-se que seria feita uma reunião plenária de todos os estudantes presentes para se tomarem decisões sobre os factos ocorridos. No enorme ginásio da Faculdade de Ciências iniciou-se logo de seguida o plenário. Falou em primeiro lugar o Secretário-Geral da RIA, que se referiu à proibição do Dia do Estudante, salientando que esta tinha sido puramente arbitraria e que o Ministério nunca afirmara que o Dia do Estudante fosse ilegal. No entanto, ele fora proibido, e em face dos acontecimentos os dirigentes estudantis pretendiam que todos os estudantes decidissem se se devia ou não comemorá-lo. Antes de terminar, foi interrompido pelas aclamações entusiásticas da assistência, que aprovou por aclamação que se levasse por diante o Dia do Estudante. Após a intervenção de um estudante da Faculdade de Letras dirigente, da Comissão Pró-Associação daquela escola, um outro dirigente, igualmente estudante de letras, falou à enorme massa presente. As suas palavras foram uma explicação das verdadeiras razões da proibição do Dia do Estudante. A verdade é que, além de toda uma política de repressão indiscriminada, que é apanágio do governo português, outros motivos houve para justificar esta medida. Na realidade, pretendia-se impedir a realização dos colóquios anunciados. Esses colóquios eram baseados em teses elaboradas por estudantes e nelas se fazia um estudo da situação do ensino português em relação com toda a situação social e económica do país. Nesta medida, o governo não estava de forma alguma interessado no debate quase público desses estudos. Este dirigente referiu-se ainda às pu-

nições que os dirigentes associativos sofreram sem duvida (em 1962, cerca de 100 estudantes foram expulsos ou suspensos das Universidades pela sua participação na greve). Afirmou que os dirigentes contavam com essas punições e as consideravam uma dádiva de honra e uma prova da correcta orientação que os estudantes portugueses têm seguido até hoje. Este foi também o teor da intervenção seguinte, a de um membro da direcção da Associação de Direito, o qual afirmou que, sem dúvida, o país e a História farão justiça à luta incansável que os estudantes portugueses têm conduzido para a conquista da sua liberdade. Um outro dirigente de Direito falou a seguir começando por lembrar que os estudantes que forem castigados terão de contar com o apoio de todos os estudantes portugueses. Referiu-se ainda às posições do Ministro da Educação, lembrando que em 1962, quando o prof. Galvão Teles ainda era director da Faculdade de Direito, afirmara numa entrevista que os dirigentes de Direito com ele tiveram na altura da greve: "Os estudantes têm razão em tudo, menos na greve". Esta afirmação, aliada ao facto do prof. Galvão Teles ter pedido nessa altura a demissão em face da violação da autonomia universitária e da actuação do governo, tornam ainda mais estranha a sua atitude actual. Neste passo do seu discurso, a assembleia interrompeu o orador com gritos de "DE-MI-SSÃO!". Este estudante teve ainda diversas considerações sobre a incompreensão dos direitos elementares do Homem por parte de um jurista, como é o Prof. Galvão Teles. Ao terminar, novamente a assistência se manifestou, gritando: "DE-MI-SSÃO!". Finalmente, falou um aluno da Faculdade de Letras, também dirigente da C.P.A. daquela escola, o qual, após afirmar que tudo o que se passava era a prova de que a juventude estudantil portuguesa se encontra plenamente consciente das suas responsabilidades e dos seus direitos, terminou com um vigoroso apelo à unidade de todos os estudantes.

É difícil descrever o ambiente que se respirava no Ginásio da Faculdade de Ciências. Chamar-lhe *entusiástico* é pouco. Havia, na verdade, entusiasmo, mas um entusiasmo vigoroso e pleno de coragem, de quem tem completa consciência das consequências das suas atitudes e no entanto se enfrenta decididamente, numa impressionante certeza da justiça das suas posições. Os gritos tradicionais dos estudantes portugueses foram lançados com um vigor que só quem esteve presente pôde testemunhar. A tudo isto se juntou o elevado nível das intervenções e dos discursos e ainda o ambiente geral, que, não obstante a euforia, foi de uma consciência e elevação a todos os efeitos grandiosos.

## Colóquios e Metralhadoras

Após um intervalo de cerca de meia hora, iniciaram-se os colóquios, com a leitura das teses. A escassez de tempo impediu que todas elas fossem lidas, mas as que foram mereceram de todos os presentes uma atenção que a euforia do ambiente não fazia esperar. No final dos colóquios, cerca das 20 horas, foram aprovadas duas moções por aclamação: uma, lembrando os benefícios que o Congresso Pedagógico, realizado no tempo da República, trouxe ao ensino português, e reclamando ao governo a realização de um novo Congresso sobre o ensino, em que participassem não só os estudantes e os professores como também representantes de todas as actividades produtivas nacionais: comércio, indústria, agricultura etc., as Associações de Estudantes oferecem-se desde já para levarem a cargo a organização desse Congresso. A outra moção chamava a atenção do governo para o grave problema do analfabetismo em Portugal e para a premente necessidade de uma verdadeira campanha de alfabetização; as Associações de Estudantes oferecem-se igualmente para proporcionar os efectivos para a realização dessa campanha. A terminar, uma estudante, numa breve intervenção, citou uma frase que exprimiu todo o conteúdo do colóquio "Só é verdadeiramente livre um povo que é culto".

Após o final do colóquio, a maioria dos estudantes presentes permaneceu na Faculdade de Ciências, onde se realizou o projectado jantar de confraternização.

realizou o projectado jantar de confraternização.

As 21 horas pouco mais ou menos, a polícia surgiu novamente, cercando por completo o edifício e ostentando um aparato bélico que foi até à colocação de metralhadoras pesadas. Não obstante, limitou-se a cortar o trânsito e a isolar a área, não permitindo a circulação nem de carros nem de peões. Os estudantes que ainda se encontravam na Faculdade puderam sair, sendo apenas impedidos de pararem ou formarem grupos.

Durante o jantar foi combinada uma merenda junto ao edifício do restaurante da Cidade Universitária. As 15 horas de domingo, dia 15, cerca de 600 estudantes estavam concentrados naquele local. Após comerem ao ar livre, os estudantes mantiveram-se ali cantando e conversando. Algumas das canções foram compostas durante a véspera, com letras alusivas aos acontecimentos.

Por volta das 18 horas surgiu, uma vez mais, a polícia de choque. Era impressionante todo o aparato das forças de repressão: oito carrinhas, duas camionetas e mais de dez "Wolkswagens" com agentes, cujo número ultrapassava os 400, além do carro da água e ainda um carro celular. Isto acompanhado de todo o material bélico que, tal como na noite anterior, incluía metralhadoras pesadas. A polícia cercou completamente os terrenos onde se encontravam os estudantes e um graduado intimou-os a abandonarem o local. Assim se fez, e todos eles sedirigiram para o parque do Campo Grande. Quando desciam a Av. 28 de Maio, que liga o Campo Grande à Cidade Universitária, a polícia bloqueou o final dessa artéria, tendo deixado passar cerca de metade dos estudantes e fazendo a outra metade derivar para uma rua transversal. No entanto, utilizando outra transversal, os que tinham sido obrigados a desviarem-se reuniram-se novamente ao grupo. Nesta altura a polícia carregou violentamente. A coronhada e utilizando os "casse-têtes", os agentes desfizeram o numeroso grupo. Como era inevitável na artéria de grande movimento em que a polícia atacou (a Avenida da República), novamente se gerou um engarrafamento, agravado pelo facto de àquela hora regressarem os frequentadores dos desafios de futebol, o que aumentava extraordinariamente o trânsito. Fugindo, os estudantes dividiram-se em diversos grupos, o maior dos quais se dirigiu para a Avenida de Roma e Praça de Londres. A polícia, chegou àquela praça exactamente ao mesmo tempo, e saindo rapidamente das viaturas, novamente carregou. Uma vez mais os manifestantes se dispersaram, concentrando-se, agora em número mais reduzido, na Alameda D. Afonso Henriques, depois do que desceram a Avenida Almirante Reis. A meio desta Avenida fica um cruzamento, a Praça do Chile, que é um dos nós da circulação automóvel em Lisboa. Ao chegarem a esta Praça, os estudantes interromperam o trânsito, instalando-se no meio da rua, não deixando passar automóveis, eléctricos, autocarros, etc. É fácil calcular as consequências desta interrupção, que durou mais de 15 minutos. A polícia, que ficara na Praça de Londres, convencida de que os estudantes se tinham refugiado numa Igreja ali existente, já não chegou a tempo de evitar um monstruoso engarrafamento em toda aquela zona. Só após a nova carga policial, na Praça do Chile, os manifestantes dispersaram definitivamente.

Assim, numerosos estudantes participaram da jornada cívica em que se tornou o passado 1.º de Maio. Um estudante foi bárbaramente ferido a tiro quando, em 30 de Abril, se encontrava colando um cartaz, na cidade de Coimbra. Na manifestação que movimentou a capital portuguesa no Dia do Trabalho, e a que noutra local fazemos referência, os estudantes tomaram importante lugar, ao lado de outros sectores da população. Mais feridos houve então, alguns com gravidade, dado o carácter brutal de que nessa altura se revestiu a repressão policial.

A luta do povo português continua, cada vez mais corajosa e decidida. E com ela a luta dos estudantes. Na grande parada das forças patrióticas portuguesas, os estudantes sabem honrar o papel que lhes pertence.

Lista dos Estudantes presos nos dias 14 e 15 de Março

Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras: Vasco Ribeiro (solto às 17 horas do dia 16) José M. Mendes Borges (idem) Fernando Mata Ribeiro e Rui Pinto de Almeida. Faculdade de Direito: Albertino dos Santos Almeida, Emanuel Jardim Fernandes e Francisco Gil Azevedo. Faculdade de Ciências: Francisco Maderira, José Fadista e Jorge Camarinha. Liceus: Francisco do Rêgo Chaves Fernandes, Jorge Andrade e Oliveira Jorge.

INSTITUTO SUPERIOR TECNICO: Luis Steiger Garçon. Instituto Superior de Agronomia: António Saraiva e José Duarte Silva. Escolas Técnicas: Tomás Marceneiro.

Faculdade de Letras: Graça Varela Cid (solta na manhã do dia 16), Eduardo dos Santos. Escola Superior de Belas Artes, de Lisboa: Casimiro Campos. Faculdade de Medicina: Virgílio Seixas. Não estudante: Jorge Peixinho. Não se conhece a escola: Fernando Ruivo Fernandes.

Professor Galvão Telles Ministro Educação Nacional — Lisboa — Portugal. Nome estudantes universitários italianos exprimimos profunda repulsa por nova violação direitos fundamentais liberdades associativas académicas e violências policiais na Universidade STOP Exigimos imediata libertação estudantes presos e suspensão medidas repressivas contra liberdade e autonomia Universidade que é preciosa tradição cultura europeia.

União Nacional Universitária Representativa Italiana — Roma.

Presidente República Portuguesa — Lisboa — Portugal

Nome estudantes universitários italianos exprimimos profunda repulsa por novas violações direitos fundamentais e liberdades associativas académicas e violências policiais na Universidade STOP Exigimos imediata libertação estudantes presos e suspensão medidas repressivas contra liberdade e autonomia universitária STOP Mundo universitário italiano espera imediata intervenção Vossa Excelência junto governo para garantir liberdades académicas preciosa tradição cultural europeia STOP

União Nacional Universitária Representativa Italiana — Roma

## 1.º de Maio

A luta dos bravos estudantes portugueses pela conquista da Democracia não teve nem terá fim, a não ser com a libertação nacional do jugo fascista.

Por isso no dia 1.º de Maio novas manifestações e corajosas lutas mobilizaram os estudantes.

Desde mais de um mês antes do Dia do Trabalho, a F.P.L.N. iniciara uma larga difusão de volantes concitando a população a manifestar-se contra o governo fascista naquela data gloriosa. O mesmo apelo foi escrito milhares de vezes em muros e paredes. Os estudantes não podiam deixar de solidarizar-se com o povo, numa luta cujos aspectos fundamentais são comuns a todos os sectores da população laboriosa e estudantil: a libertação nacional, que significa a liberdade e autonomia dessas respectivas classes.

Assim, numerosos estudantes participaram da jornada cívica em que se tornou o passado 1.º de Maio. Um estudante foi bárbaramente ferido a tiro quando, em 30 de Abril, se encontrava colando um cartaz, na cidade de Coimbra. Na manifestação que movimentou a capital portuguesa no Dia do Trabalho, e a que noutra local fazemos referência, os estudantes tomaram importante lugar, ao lado de outros sectores da população. Mais feridos houve então, alguns com gravidade, dado o carácter brutal de que nessa altura se revestiu a repressão policial.

A luta do povo português continua, cada vez mais corajosa e decidida. E com ela a luta dos estudantes. Na grande parada das forças patrióticas portuguesas, os estudantes sabem honrar o papel que lhes pertence.

Lista dos Estudantes presos nos dias 14 e 15 de Março

Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras: Vasco Ribeiro (solto às 17 horas do dia 16) José M. Mendes Borges (idem) Fernando Mata Ribeiro e Rui Pinto de Almeida. Faculdade de Direito: Albertino dos Santos Almeida, Emanuel Jardim Fernandes e Francisco Gil Azevedo. Faculdade de Ciências: Francisco Maderira, José Fadista e Jorge Camarinha. Liceus: Francisco do Rêgo Chaves Fernandes, Jorge Andrade e Oliveira Jorge.

INSTITUTO SUPERIOR TECNICO: Luis Steiger Garçon. Instituto Superior de Agronomia: António Saraiva e José Duarte Silva. Escolas Técnicas: Tomás Marceneiro.

Faculdade de Letras: Graça Varela Cid (solta na manhã do dia 16), Eduardo dos Santos.

Escola Superior de Belas Artes, de Lisboa:

Casimiro Campos. Faculdade de Medicina: Virgílio Seixas. Não estudante: Jorge Peixinho. Não se conhece a escola: Fernando Ruivo Fernandes.



# AR O PROCESSO DE BEJA

Ministro a — Por-  
ersitários  
da repul-  
os funda-  
as acadé-  
na Uni-  
mediata  
s e sus-  
contra li-  
versidade  
ura euro-

ária Re-  
la.

guesa —

ários ita-  
repulsa  
s funda-  
ivas aca-  
na Uni-  
mediata  
suspensa  
liber-  
STOP  
espera  
Excelên-  
tir liber-  
tradição

ária Re-  
a

tes por-  
emocra-  
ção ser  
do jugo

o novas  
s mobi-

ntes do  
iniciara  
s concl-  
estar-se  
ela da-  
foi esu-  
uros e  
podiam  
o povo,  
damen-  
ectores  
idantifi-  
cifica a respec-

partici-  
que se  
Um  
rido a  
se en-  
a cida-  
ão que  
esa no  
tro lo-  
dantes  
o lado  
). Mais  
m gra-  
de que  
ressão

ntinua,  
ida. E  
i. Na  
ióticas  
sabem  
ce.

s dias

s Eco-  
Ribel-  
) José  
nando  
neida.  
o dos  
ardim  
vevedo.  
o Ma-  
Cama-  
Rêgo  
ade e

VICO:

omia:  
Silva  
neiro.  
Varela  
(16),  
s, de

e de  
estu-  
onhe-  
rnan-

LISBOA (Do correspondente) — Na madrugada do 1.º de Janeiro de 1962, cinquenta e tal democratas lançavam-se ao assalto do Quartel de Infantaria 3, na cidade de Beja, com o objectivo de desencadear um largo movimento revolucionário que pusesse fim ao regime policial sob o qual vive o nosso país.

O movimento não logrou êxito, como se sabe, vindo a ser sufocado no próprio Quartel. Mas ficará na nossa História como marco importante da luta pela liberdade do povo português.

Na operação morreram os democratas David Abreu, de 32 anos, e António Vilar, de 34, e ainda o fascista sub-secretário do Exército, ten-cor. Jaime Felipe da Fonseca. Ficaram feridos vários democratas, entre os quais, com muita gravidade, o cap. Varela Gomes, o qual fôra candidato a deputado em 1961.

## Início do Processo

Dos participantes no assalto ao Quartel só não foram presos o cap. Pedroso Marques, que se refugiou na Embaixada do Brasil, e alguns civis. Destes, outros se refugiaram também naquela Embaixada e outros ainda, como os drs. Piteira Santos e J. Hipólito dos Santos, conseguiram sair do país.

Da instrução do processo, a que a PIDE logo lançou mãos, resultou a pronúncia, como implicados no movimento revolucionário, de 87 anti-fascistas, à cabeça dos quais figura o general Humberto Delgado, que passara uma credencial ao ex-oficial da marinha mercante Manuel Serra para, em seu nome, organizar a operação.

Despronunciada ulteriormente uma das democratas incriminadas, a assistente social Irene Rosa, figuram actualmente como arguidos 86 democratas, dos quais 66 estão presos, 4 estão asilados na Embaixada do Brasil, 12 foram afiançados e os restantes 4 abandonaram o país....

Entre os réus há democratas de ambos os sexos; perto de uma dezena são militares; há civis das mais variadas classes sociais e profissões; e anti-fascistas de todos os credos políticos.

O julgamento teve início, finalmente, no dia 23 de Abril p.p., perante o Tribunal Plenário de Lisboa, tendo os arguidos sido divididos em grupos de 13 e comparecendo no tribunal cada um destes grupos por sua vez. Contra este facto protestaram os 36 advogados que intervêm na defesa dos arguidos, mas o Tribunal indefiniu o requerimento, contra todos os princípios legais.

Assim, compareceu inicialmente a julgamento o primeiro grupo de 13 réus, que são os principais responsáveis pela operação: Manuel Serra, chefe dos democratas civis; cap. Varela Gomes, chefe dos militares; cap. Eugénio de Oliveira; major Francisco Pestana; Tenentes Hipólito dos Santos e Jaime Carvalho da Silva; Cap. Brissos de Carvalho; e os civis Rafael Cairo, Edmundo Pedro, Germano Pedro, Artur da Silva, Diogo Machado e D. Maria Eugénia Varela Gomes, esposa do chefe militar do movimento.

As características principais das audiências já decorridas foram a correcção de todos os réus, o desassombro e firmeza de certas afirmações e a combatividade dos advogados. Estes, desde o início, expressaram, bem alto e vibrantemente, o seu protesto pela presença em massa, nos bancos reservados para o público, de agentes da PIDE e da P.S.P. disfarçados de "honestos cidadãos"... quando, havia longas horas, as famílias dos réus esperavam de pé, inutilmente, junto da porta fechada da sala do Tribunal, que lhes fosse franqueada a entrada!

## Maus Tratos e Espancamentos

O primeiro arguido a ser interrogado foi Manuel Serra, dirigente durante dez anos da J.O.C. Embora bastante enfraquecido, pois no último mês perdera 8 quilos de peso por falta de assistência médica, referiu-se longamente aos espancamentos brutais que lhe foram infligidos pela PIDE, aos interrogatórios de 40 dias e 40 noites, aos meses que passou no "segredo" de Caxias, uma choça imunda onde é preciso tirar a água que constantemente escorre pelas paredes. Passou depois a expôr as determinantes

que o levaram a entrar no chamado "Movimento de 12 de Março" de 1961 e, seguidamente, no de Beja, em 1 de Janeiro de 1962, movimentos de revolta contra o fascismo aviltante vigente em Portugal. Como católico, referiu-se ao nível de vida tão baixo e tão degradante dos trabalhadores portugueses; falou do êxodo, cada vez maior, de homens válidos para França e outros países, onde lhes garantem uma melhoria de condições de vida, liberdade e direitos devidos a todos os seres humanos, que em Portugal lhes são sistematicamente negados.

Foi a seguir interrogado o cap. João Paulo Varela Gomes, que imediatamente repudiou o libelo acusatório segundo o qual pretendia alterar a Constituição, dizendo: — "O que todos pretendíamos era fazer respeitar essa mesma Constituição, que o presente governo a todo o momento desrespeita!" Declarou estar fisicamente enfraquecido, pois nestes últimos 27 meses esteve sempre, e continua a estar, sujeito a um regime de incomunicabilidade, ressentindo-se, além disso, das consequências das graves ferimentos que sofreu quasi imediatamente após a entrada no Quartel do R.I. 3. Assumiu inteira responsabilidade pelo desencadeamento da acção militar, a partir do momento em que chegou a Beja com os seus homens, e negou que tivesse havido aliciamento dos seus companheiros de armas. — "Na tropa não se alicia, travam-se conversas de camaradagem", disse.



Tenente Alexandre Hipólito dos Santos

O major Francisco Antonio de Vasconcelos Pestana prestou depois declarações, explicando, numa síntese brilhante, em que se salientou a firmeza das suas convicções, as razões que o levaram a aderir ao Movimento, embora do final tivesse discordado operacionalmente. Como militar profundamente compenetrado dos seus deveres e obrigações, declarou não servir governos mas sim a Nação e referiu-se ao profundo descontentamento que viera encontrar nos *Altos Estudos Militares*, descontentamento que se depredia de todas as conversas e que culminara, quando da malograda "Revolta dos Generais", com a leitura da carta do gen. Botelho Moniz. Referiu-se à miséria a que o governo tem arrastado o país, à exploração dos negros em África e àquilo que tão profundamente o tocara: a perda de Goa. Como católico, convicto e praticante, referiu um facto bastante elucidativo da podridão de todas as actuais instituições, inclusive da Igreja, em Portugal: quando da sua prisão, pedira assistência religiosa e o sacerdote que o visitara renegando os princípios mais sagrados da sua fé, aconselhou-o a denunciar todos os seus companheiros.

## Coacção e Falsas Declarações

Na segunda audiência, que, como a anterior, principiou em ambiente de grande efervescência, os advogados ditaram, uma vez mais, protestos contra a presença, em número ainda maior, de elementos policiais nas bancadas da assistência.

O primeiro arguido a ser interrogado foi o tenente Alexandre Hipólito dos Santos — o único oficial que sofreu espancamentos. Com desenvoltura, relatou certos factos esclarecedores do processo, negando declarações que, por coacção, lhe haviam sido arrancadas. Nesta altura, interveio o patrono do oficial, ditando para a acta um requerimento solicitando se procedesse a averiguações, com base nos artigos 270.º e 293.º do Código Penal, que impõem a prisão de 6 meses a 2 anos de qualquer agente que

sujeita a maus tratos o réu à sua guarda.

O tenente Jaime Carvalho da Silva foi breve e conciso nas suas declarações, elucidando o Tribunal sobre o modo como se desenrolaram os acontecimentos dentro do Quartel. Tal como os seus companheiros, deixou bem claro ter julgado o movimento destinado a alcançar uma escala nacional, ao qual aderira imediatamente por lhe parecer que havia chegado o momento de libertar a nação. Contou a maneira insólita como o então major Calapez disparara à queima roupa sobre o seu camarada cap. Varela Gomes e o comportamento tão pouco heróico daquele, em seguida ao tiroteio.

O tenente Brissos de Carvalho limitou-se a negar a sua intervenção, pois nem ao Quartel fôra na noite de 31 de Dezembro e desistira de participar no movimento logo que soubera que este não eclodiria simultaneamente em várias unidades.

O cabo Pias negou terminantemente todas as acusações. Instado pelo juiz-presidente, que desejava saber porque constavam dos atos coisas tão dispares das que agora afirmava, referiu-se o arguido aos violentíssimos espancamentos a que fôra submetido e que o haviam levado a aceitar como suas declarações que nunca fizera.

Neste momento, travou-se entre o advogado do réu e o juiz-presidente acesa discussão, na qual, dentro em pouco, intervinham todos os advogados.

Foi a altura escolhida pelo Tribunal para encerrar a sessão...

## Tarrafal e "Pacto Iberico" Policial

Na terceira audiência, o primeiro arguido a ser ouvido foi o democrata Edmundo Pedro, que falou, demorada e corajosamente, no seu internamento no Campo do Tarrafal, durante dez longos anos, quando tinha apenas 17 anos, e das condições de vida espantosas em que por lá se arrastaram ele e os seus companheiros, trabalhadores duramente de sol a sol nas tarefas mais pesadas e onde quase todos os dias havia algum que tombava para sempre. Esse desfecho era tão comum, que o médico chegara a declarar: — "Para passar certidões de óbito, passo-as cá de fora, não preciso ir ali!" Apelo para a justiça do tribunal, salientando a monstruosidade de, sendo ainda quasi uma criança, lhe haverem arrancado dez anos de vida, atirando-o para um inferno a que poucos resistiram.

D. Maria Eugénia Varela Gomes, serena e digna, negou que tivesse tido qualquer participação no Movimento e relatou a forma brutal como fôra encontrada em Beja seu marido, a quem tinham cozido os ferimentos sem extrair as balas e que teriam trazido para Lisboa e para a morte, se não fosse a firmeza da equipe de médicos que ali se deslocara e que insistiu em operá-lo de urgência, salvando-lhe a vida.

Germano Pedro, contou como, estando em Gibraltar, foi avisado pela Scotland Yard de que não deveria pôr pé em território espanhol, pois corria o risco de ali ser preso, como veio a acontecer, pois a polícia espanhola, de combinação com a PIDE, preparou-lhe uma armadilha de modo a forçá-lo a atravessar a fronteira. A partir desse momento ficou à mercê dos carabineiros espanhóis, que o algemaram, forçando-o a um interrogatório a que se negou e entregando-o mais tarde a um inspector da PIDE que ali se deslocara para o trazer para Portugal. O réu causou calafrios ao relatar a tragédia vivida por dois dos seus companheiros nos "curros" do Aljube: um endoideceu e esteve a gritar durante dois dias e duas noites e outro fôra tão brutalmente espancado que a cabeça se lhe deformara, urtava sangue e para se deslocar tinha de ser amparado por um companheiro.

## Protestos dos Portugueses do Brasil

O julgamento prossegue, com três sessões semanais, devendo prolongar-se por cerca de mais dois meses, pois além do elevado número de arguidos, e como consequência disso, estão citadas para depôr cerca de 500 testemunhas de defesa, entre as quais altas

figuras eclesiásticas, políticas e intelectuais.

Sabendo-se como toda espécie de violências e arbitrariedades são comumente praticadas pelos Tribunais Plenários, teme-se pelo futuro dos democratas arguidos. Aliás, o juiz-presidente, Almeida Moura, é um digno sucessor dos juizes fascistas Silva Caldeira e Abreu Mesquita, que o precederam no lugar de inquisidor-mór de Lisboa.

Assim, várias organizações portuguesas do Brasil dirigiram-se já ao Plenário de Lisboa sobre o julgamento em curso, nos termos seguintes:

"São Paulo, 7 de Maio de 1964

Exmo. Sr. Desembargador António Almeida Moura, Presidente do Tribunal Criminal Plenário de Lisboa, Praça João do Rio, 2 — 2.º, LISBOA

Exmo. Senhor: Os signatários, em nome das organizações democráticas portuguesas, abaixo indicadas, dirigem-se a V. Excia. a propósito do julgamento a que se encontram submetidos, no Tribunal de sua presidência, 87 democratas acusados de terem participação no assalto ao Quartel de Beja.

Fazem-no com o objectivo de esclarecer esse Tribunal sobre a opinião dos mais importantes sectores da colónia de um milhão de portugueses fixados neste país à cêrca das condições que precederam e acompanham o julgamento em causa.

1. — A maioria esmagadora dos portugueses radicados no Brasil que conhecem as condições políticas e sociais imperantes no nosso país sabe que uma tentativa revolucionária como o assalto ao Quartel de Beja só pôde ter como razão de ser a estrutura anti-democrática do actual Estado português, que não permite a eleição livre de autênticos representantes do povo português, únicos capazes de promover, através de um novo Estado democrático, o progresso da terra portuguesa e o bem estar da sua população.

2. — O assalto ao Quartel de Beja é, assim, interpretado comumente aqui como inspirado no desejo de pôr cõbro ao regime policial ora vigente, aos sistemáticos atropelos ao exercício das liberdades públicas perpetrados pela PIDE, Censura e outros organismos oficiais, portanto como uma acção manifestamente patriótica.

3. — Que só objectivos muito elevados e o superior interesse da Pátria podiam ter movido os democratas incriminados, resulta claramente, para a grande maioria dos portugueses do Brasil, da diversidade de credos políticos e religiosos, das profissões e



Capitão Varela Gomes

idades dos arguidos, civis e militares.

4. — Quanto ao processo a estes movido, a opinião pública portuguesa deste país está já esclarecida sobre os vícios que, como habitualmente sucede, inquinaram a sua instrução e presidem ao seu julgamento: longas incomunicabilidades celulares; proibição de contacto com advogados; maus tratos físicos ("estátua" e outros) e morais; incriminação baseada exclusivamente nos depoimentos dos próprios arguidos, indevidamente configurados como confissão, apesar de terem sido subscritos sob coacção, e usados como prova de acusação, contra a expressa determinação da lei; julgamento por tribunais manifestamente de excepção; inquirição como únicas "testemunhas" de acusação de agentes da própria PIDE; cerceamento do direito de fazer declarações políticas, por parte de arguidos e advogados, não obstante os democratas responderem por "delitos" políticos; negação, na prática, pela invasão da sala por agentes policiais, do princí-

pio da publicidade do julgamento; etc.

5. — Está também devidamente esclarecida a colónia portuguesa do Brasil acêrca do temível instrumento de repressão detido por esse Tribunal; as indevidamente chamadas "medidas de segurança", destinadas à ilegal inconstitucional, imoral e desumana perpetuação das penas.

6. — Em face das considerações anteriores, é fácil concluir-se que quanto mais malevolentes forem as condenações que esse Tribunal vier a proferir no seu Arcordam, maior será a convicção da enorme maioria dos portugueses radicados no Brasil de que a bem da Pátria agiram os arguidos e razão lhes assistiu para descremer da validade de outros meios de luta democrática e inclusivamente da independência dos magistrados judiciais integrados no dispositivo repressivo do regime vigente.

Os signatários lembram, finalmente, a V. Excia. que os arguidos que o Tribunal de sua presidência está a julgar são verdadeiros heróis do povo português, cujos nomes serão lembrados por todos os patriotas muito depois de terem sido esquecidos os dos serventuários da ditadura salazarista.

Pela *Unidade Democrática Portuguesa*: João Sarmento Pimentel, Adolfo Casais Monteiro, Fleurette Trefaut Rodrigues, Carlos Valente da Cruz, Lenine de Jesus Alexandre, Alexandre Leal Dias Joaquim Quitério, Humberto Soares da Silva.

Pelo *Centro Republicano Português*: Francisco Sarmento Pimentel, Alexandre Pereira, Fernando Ramos, Manuel Moura, Manuel Rocheta, Joaquim L. Figueiredo.

Pelo *Jornal "Portugal Democrático"*: António Bidarra Fonseca, Augusto Aragão, Joaquim Barradas de Carvalho, Manuel Sertório, Miguel Urbano Rodrigues, Victor Ramos. Pela *União das Mulheres Portuguesas* Maria Archer e Eulália Nunes Silva

## Uma Campanha na Italia

Noutros países, a inquietação também é grande, e grande igualmente a repulsa pelos métodos policiais usados habitualmente pelo governo de Salazar e seus órgãos de repressão.

Quando o julgamento esteve para iniciar-se, em Janeiro p.p., vários jornalistas estrangeiros se deslocaram a Lisboa, para assistirem aos trabalhos do Tribunal. Alguns deles foram, no entanto, imediatamente expulsos, como Arrigo Repetto, da Itália, e outros. Um deles Augusto Livi, do "Paese Sera", publicou depois no seu jornal uma série de reportagens em que se ocupa: do ambiente de terror que reina em Portugal; da luta dos estudantes portugueses; da repressão; do obscurantismo; do isolamento do Diktador; do actual nível de vida do Povo Português, classificando Portugal como o País mais pobre da Europa; da Igreja Portuguesa, aliada do Fascismo; de uma mensagem do Bispo do Porto; da tendência actual entre os melhores católicos que negam a sua solidariedade à Igreja Portuguesa; e finalmente do passado e falhado golpe palaciano dirigido pelo general Botelho Moniz.

Por outro lado, o Serviço da Imprensa Juvenil Italiana, anunciou com relevô a abertura do processo de Beja e inseriu um apelo da FPLN à opinião pública internacional para que esta acompanhe os trabalhos do Tribunal. A mesma publicação noticiou também as últimas prisões realizadas em Lisboa e referiu o aparecimento de um apelo especial em favor do prof. Dias Amado, detido há mais de quatro meses nas masmorras salazaristas, e do qual se ignora a sorte.

## A Lista dos Acusados

Publicamos abaixo a lista dos 86 acusados:

Humberto da Silva Delgado, de 62 anos, casado, general, de Torres Novas; Manuel Serra, de 31 anos, solteiro; antigo oficial da Marinha Mercante; João Maria Paulo Varela Gomes, de 33 anos, casado, oficial do Exército, de Lisboa; Eugénio Oscar Felipe de Oliveira, de 31 anos, solteiro, oficial do Exército, natural de Goa (Índia Portuguesa); Francisco Antonio de Vasconcelos Pestana, de 41 anos, casado, oficial do Exército de Funchal; Manuel Pedroso Alves Marques, 29 anos, casado, oficial do Exército, de Lisboa; Antonio Manuel Guerreir-

(Continua na pág. 6)



# Pela amnistia e contra a repressão

## Solidariedade aos Presos de Peniche

Segundo as ultimas informações recebidas de Portugal, a situação dos patriotas presos na Fortaleza de Peniche continua a ser das mais graves. Entre os que estão condenados a prisão perpetua ("medidas de segurança"), sete, na sequencia das violencias da PIDE e do tratamento desumano dos guardas do presídio, têm as suas vidas em perigo, pelo que urge intensificar a campanha mundial a favor da sua remoção da sinistra Fortaleza. São eles: ANTONIO DIAS LOURENÇO, atacado de grave doença pulmonar; MANUEL GUEDES, cujo sistema nervoso se apresenta seriamente abalado após 16 anos de prisão; CARLOS COSTA debilitado por continuas hemorragias intestinais; CARLOS ABOIM INGLES, com uma ulcera no estomago; JOÃO DOS SANTOS, que está sem assistência medica após ter sofrido um enfarte de miocárdio; BLANQUI TEIXEIRA, com sequelas das torturas a que foi submetido e PIRES JORGE, cujo estado geral é também muito grave.

Entre os numerosos apelos que têm chegado ao diretor do presídio conta-se o do Conselho Central da Juventude Livre Alemã. Nesse documento, depois de manifestar a sua indignação pelo tratamento infligido aos patriotas detidos na Fortaleza de Peniche, o secretário do Conselho, Erich Rau, exige a imediata libertação de todas essas vítimas do fascismo em nome da mocidade alemã. O mesmo organismo de jovens enviou uma denuncia sobre o caso à Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, solicitando a sua imediata intervenção no sentido de obter a libertação de todos os democratas portugueses ilegalmente detidos e particularmente o fim dos suplicios infligidos aos presos de Peniche.

Nos demais presídios fascistas, a situação dos presos continua a agravar-se. Em todo o País desenvolve-se no momento uma campanha destinada a recolher fundos para pagar a fiança que a PIDE estabeleceu como preço da libertação da jovem patriota IVONE DIAS LOURENÇO, que acaba de cumprir sete anos de prisão. Expirado o ultimo período de "medidas de segurança", a PIDE informou que Ivone Dias Lourenço será libertada mediante o pagamento de 30.000 escudos!

Em contrapartida, os esbirros da PIDE não se mostram dispostos a restituir a liberdade MARIA DA PIEDADE GOMES DOS SANTOS, operária da Marinha Grande. Presa em 1958, foi então condenada em três anos de prisão, mas a PIDE, em vez de a libertar ao terminar a pena, fez com que o tribunal a declarasse sucessivamente submetida a vários períodos de "medidas de segurança". Expirado o ultimo em março do ano corrente, deveria ter sido imediatamente libertada. A PIDE apresentou, contudo, novo pedido de prorrogação das "medidas" que o tribunal examina actualmente. O juiz, entretanto, concedeu uma prorrogação extraordinária de seis meses só para não a tirar das garras da policia. A "periculosidade" alegada pela PIDE pode avaliar-se pelo pessimo estado de saúde de Maria da Piedade Gomes dos Santos, que sofreu recentemente uma delicada intervenção cirurgica. De todos os pontos do País e de muitos países estrangeiros têm chegado protestos ao presidente do TRIBUNAL PLENARIO DA BOA HORA, de Lisboa. Urge que muitos outros se sigam. Ao diretor da fortaleza de Caxias têm também sido enviados protestos contra o bárbaro tratamento dispensado a MARIA EMILIA LINCIM SERRA, uma patriota recentemente presa em Trás-os-Montes e que vinha lutando há 15 anos na clandestinidade. Submetida pela PIDE à tortura do sono durante dois dias, o seu estado inspira sérios cuidados.

## Justiça de Salazar

Em recente julgamento no Plenário da Boa Hora foram condenados às famigeradas "medidas de segurança" MANUEL RODRIGUES, operário da construção civil, e sua mulher LUCRECIA DOS SANTOS RAMOS, ambos de Almansil, Loulé. O mesmo tribunal julgou em março cinco revisores da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses: FIRMINO JOÃO MARTINS, de 38 anos, de Paderna,

Albufeira; JOSÉ GONÇALVES DUQUE de 36, de Sernadas do Rodão; JOSÉ CONSTANCIO DE MATOS GASPAS, de 39, de Gavião; JOÃO DIAS MARQUES, de 42, de Benquerença, Castelo Branco; e MARTINHO PIRES VALENTE. Foram condenados respectivamente em vinte e quatro, vinte e tres, vinte e dois e quatorze meses de prisão correcional. João Dias Marques foi absolvido.

Outro julgamento que se anuncia para os ultimos dias de Maio é o do jovem patriota JORGE ARAUJO, que se evadira em Agosto de 62 e foi novamente preso em Maio de 63 pela PIDE, que então o torturou com selvageria. Sua mulher MATILDE CEREJEIRA NUNES BENTO ARAUJO foi também presa e torturada. Professora de liceu, no Porto, e prima do Cardeal Cerejeira recebeu a visita de um padre enviado pelo Patriarca com a missão de saber se precisava de "alguma coisa". Matilde Bento Araujo respondeu com dignidade que se o Cardeal estava disposto a interessar-se pela sua pessoa, "deveria interessar-se primeiro pela sorte de todos os presos politicos".

Para que se possa fazer uma ideia do ritmo em que vêm trabalhando os Plenários de Lisboa e Porto, basta dizer que nos meses de Janeiro e Fevereiro foram julgados por esses dois tribunais fascistas 135 patriotas, acusados de "actividades subversivas". Nada menos de 19 eram ferroviários, dos quais 17 foram condenados em penas várias.

## Na Inglaterra

As actividades do Comite Britanico para a Amnistia continuam a intensificar-se, sendo dia a dia mais acentuada a audiência que os problemas portugueses encontram junto da Imprensa, da Radio e da Televisão britânicas como reflexo do interesse da opinião publica pelos mesmos. O importante semanário "Tribune" vem publicando excertos do livro "Guerra em Angola", de Mario Moutinho de Padua, sendo consideravel entre o publico a repercussão desse tremendo libelo contra a guerra colonial.

A União de Sindicatos de Cowdenbeach prossegue na sua campanha em favor de Sofia Ferreira. Em resultado da sua ação, a filial do Sindicato dos Mineiros de Glencaig protestou junto da Embaixada de Portugal, pedindo a libertação daquela patriota e de todos os demais presos politicos. A secção de Cowdenbeach do Partido Comunista Britanico assumiu atitude identica. De outro lado, o Conselho Distrital n.º 17 da D. A. T. A. (Draughtsmen's Union) "adoptou" Blanqui Teixeira e já escreveu a seu pai para estudar as formas de auxilio.

Em expressiva demonstração do que valem para os presos politicos e suas familias a solidariedade e o apoio moral manifestados na correspondencia, remetida dos mais diversos países, já principiaram a chegar ao Comite Britanico para a Amnistia mensagens de agradecimento das familias dos presos.

Num longo artigo publicado no "Daily Telegraph", Lord Gardiner refutou a argumentação de Lord Russell de Liverpool sobre o regime prisional português e salientou que a PIDE continua a recorrer aos metodos classicos de tortura. Em resposta, o jornal publicou dias depois uma nota do Ministro do Interior de Portugal, negando a tortura. Lord Gardiner refutou os "esclarecimentos" do ministro salazarista e estranhou que ele nada tivesse dito a respeito das "medidas de segurança", assunto principal do seu artigo anterior...

Os ultimos numeros do "Portuguese and Colonial Bulletin" e do "British Committee for Portuguese Amnesty" publicam amplo panorama da repressão. Entre outros casos a que alude, o BCPA refere a resposta de um guarda de Peniche ao patriota Adolfo Ramos quando este pretendia obter uma gramatica francesa: "um operário não precisa aprender francês!"

## Na Argentina

Também o movimento argentino pela amnistia dos presos e exilados politicos em Portugal e Espanha tem dado, nos últimos tempos, redobradas provas da sua vitalidade.

Assim, a Organização para a Amnistia Geral em Espanha e Portugal, de Mar del Plata, realizou no p. dia 28 de Março uma concorrida reunião,

em que um público generoso e compreensivo prestou a sua adesão moral e material a esta instituição, que tão denodadamente vem trabalhando para obter uma amnistia completa para todos aqueles que, em Portugal e em Espanha, praticaram o único "crime" de lutar por um mundo melhor. Presidiram o acto dirigentes da Mesa Coordenadora do Movimento e personalidades politicas e sindicais de Mar del Plata, destacando-se entre eles dirigentes Democrato-Progressistas recentemente incorporados na Organização como seus membros efectivos, tais como os srs. René Fischer Bauer, Dr. Alfredo Orelo, Eng.º Torrecillas, etc. Como orador principal, foi convidado o poeta e escritor Luis Alberto Quesada, que suportou 17 anos de torturas nos cárceres franquistas. Usaram da palavra os srs. Prof. Bacigalupo, Fischer Bauer e Quesada, o qual descreveu a vida carcerária dos presos politicos e deu a conhecer à assistência o prazer e alegria com que os democratas encarcerados recebem a ajuda moral e material que lhes é dirigida de todas as partes do mundo.

Comemorando o 25.º aniversário do fim da guerra civil espanhola, a Organização para Amnistia Geral em Espanha e Portugal dirigiu e fez publicar e distribuir um apelo à opinião publica mundial no sentido de ser obtida a liberdade dos presos politicos e sindicais, a abolição das leis, organismos e processos repressivos das idéias e actividades democraticas e o respeito aos direitos humanos e às liberdades publicas essenciais.

Finalmente, com início no dia 24 de Maio, realizou-se, em Buenos Aires, um Congresso para a Amnistia dos Presos e Exilados Politicos Ibéricos, do qual daremos no nosso próximo número informações pormenorizadas, pois se revestiu de extraordinária importância para o progresso deste Movimento na Argentina e em toda a América Latina.

Informamos, ainda, que, apesar de ser muito reduzido o número de imigrantes politicos portugueses em Mar del Plata, especialmente em comparação com o número de espanhóis anti-franquistas, a Organização para a Amnistia Geral é um organismo unitário ibérico, sendo seu secretário de imprensa o nosso compatriota e correligionário sr. José de Jesus Pina.

## Na Dinamarca

O advogado dinamarquês Erik Koch publicou no jornal "Jylland Postens", um dos principais órgãos de imprensa do seu país, um extenso artigo sobre a repressão em Portugal, referindo-se de modo particular ao julgamento de José Bernardino e citando numeros e factos extraídos dos boletins do Comite Britanico para a Amnistia e do folheto de Mrs. Ward "O Preço da Oposição".

## Nos Estados Unidos

O sr. Patrick Halliman, que assistiu como observador a julgamentos politicos em Portugal, em missão do Comite Britanico para a Amnistia aos Presos e Exilados peloticos de Portugal, concedeu recentemente uma entrevista à Radio WBAI de Nova York, que foi radiofundida em duas oportunidades sob o titulo de "Julgamento em Portugal". As referidas transmissões despertaram muito interesse entre os ouvintes daquela emissora.

## Mensagem da Juventude Sovietica

As Organizações de Juventude Sovietica endereçaram em 5 de Março à Juventude democratica portuguesa uma mensagem de que publicamos abaixo as passagens principais:

"Queridos amigos: A juventude sovietica acompanha com a maior atenção a luta heroica que os corajosos patriotas portugueses travam contra a ditadura fascista, desumana e atroz. Nas condições duras e complexas da tirania de Salazar, a mocidade de Portugal tem de viver e lutar, em comum com todo o povo, pela Paz, pela Liberdade, pela Democracia e por um Futuro melhor. O nosso espirito só pode ter colera e odio para com os opressores fascistas que espezinham os direitos do homem e contrariam as aspirações dos povos à fe-

licidade, para com todos os que atentam contra as liberdades democraticas, lançam na prisão e aviltam os patriotas corajosos.

O mundo inteiro, a opinião progressista elevam protestos veementes contra as ignobéis atrocidades e violencias praticadas pela policia de Salazar, esse carrasco ávido de sangue. E o mundo inteiro acompanha com admiração a vossa luta corajosa que é apoiada hoje por milhões de campeões ardentes da vossa causa. Incontáveis jovens estão cheios de sentimentos de amizade e de solidariedade para com os seus companheiros portugueses".

(...) "Os jovens sovieticos enviamos as saudações mais cordiais e exprimem-vos a sua solidariedade calo-

rosa à vossa luta nobre e justa. Os jovens da União Sovietica admiram a vossa coragem e firmeza e estigmatizam o regime terrorista de Salazar. Temos a certeza inabalavel de que, por mais deshumanos que possam ser os atos da policia salazarista, não conseguirão dobrar nem quebrar a vossa vontade. Centenas de novos combatentes tomam o lugar dos que são abatidos. E estamos certos de que não tardará o dia em que o vosso povo corajoso e orgulhoso alcançará a vitória sobre as forças sinistras da reacção, sacudirá o jugo fascista e construirá um futuro feliz".

A mensagem é assinada por V. Kouzmine, vice-presidente do Comite das Organizações de Juventude da União Sovietica.

# O PROCESSO DE BEJA

(Conclusão da pág. 5)

ro Chaves Guimarães, 42 anos, casado, oficial do Exército, da Freguesia do Bonfim, Porto; Alexandre Hipólito dos Santos, 28 anos, casado, oficial do Exército, da Freguesia de Cedofeita, Porto; Jaime Carvalho da Silva, 35 anos, casado, estudante de Medicina, de Santa Iria (Santarem); Francisco Ramos Brissos de Carvalho, 29 anos, casado, oficial do Exército, da Freguesia de Cabeça Gorda, Beja; Raphael Ramalho Caetano, 35 anos, solteiro, agricultor, de Pias (Serpa); José Miranda Fernandes, 26, tipógrafo, de Lisboa; Gualter Viriato Nunes Basilio, 35 anos, solteiro, agente comercial, Lisboa; Joaquim Dias Lourenço, 29 anos, solteiro, motorista, de Lisboa; Artur José da Silva Vaz, 33 anos, desenhista, de Setubal; Edmundo Pedro, 45 anos, casado, gerente comercial de Alcochete; Alípio dos Santos Rocha, 50 anos, solteiro, mecânico, de Caciclas, Joaquim Eduardo Pereira, 42 anos, casado, montador de estruturas metálicas, de Faro; Alfredo da Conceição Guaparrão, 26 anos, solteiro, electricista, de Porto Alegre; Augusto da Silva Ribeiro, 45 anos, casado, serralheiro, de Lisboa; Diogo Augusto Fernandes Machado, 35 anos, casado, operário, Beja; Raul Lourenço Gomes Coelho, 22 anos, solteiro, escriturário, de Tomar; Antonio de Oliveira, 28 anos, motorista de taxi, de Vila Rica, Concelho de Moncorvo; José Lino Andrade Silva, 35 anos, solteiro, serralheiro, de Lisboa; José Antonio Marques Moreira, 30 anos, casado, soldador eléctrico, de Almada; Helder de Jesus Santos, 27 anos, solteiro, soldador, bate-chapas, de Leiria; Fernando Machado de Oliveira, de 30 anos, casado, batador de ouro, de Miragaia, Porto; Manuel Marques da Silva, 33 anos, solteiro, corticeiro, de Mertola; Lourenço Gonçalves, 34 anos, solteiro, caldeireiro, da Guarda; Gregório Trindade Guinotte, 45 anos, casado, serralheiro, de Silves; Mário Coelho Caeiro, 36 anos, alfaiate, de Serpa; José Antonio Lemos, 37 anos, casado, servente de balcão, de Sousel; José Artur dos Santos Cardoso, 31 anos, casado, pintor, da Moita; Adelino Fernando de Jesus Andrade, 24 anos, caixeiro-viajante, de Lisboa; José Pereira da Silva, 30 anos, pintor, solteiro, do Lugar de Bula (Bissau); João Manuel da Silva Martins, 27 anos, solteiro, carpinteiro, de Moita do Ribatejo; Ismael Queiroz, 50 anos, casado, comerciante, de Penela; João Pereira de Abreu 33 anos, casado, soldador, de Almada; Antonio Pombo Miguel, 34 anos, casado, serralheiro montador, de Tortosendo (Covilhã); Felipe da Assunção Lopes, 30 anos, casado, carpinteiro, de Almada; José Duarte Galo, 33 anos, casado, funileiro da Guarda; Joaquim da Conceição Sim-Sim, 36 anos, casado, escriturário, de Alcaçovas; Concelho de Viana de Alentejo; Manuel Joaquim Peralta Bacao, 31 anos, casado, montador, de Mourão; Antonio Pereira Corrêa, 34 anos casado, caldeireiro de Almada, Antonio Correia de Matos Santa Barbara, 33 anos, casado, carpinteiro naval, de Odemira; Fernando Nunes Ferreira, 29 anos, casado, soldador de Almada; Antonio dos Santos Pereira, 31 anos, casado, serralheiro civil, de Almada; Fernando Roxo da Gama, 35 anos, solteiro, soldador, de Almada; Venceslau Luiz Lopes de Almeida, 27 anos, casado, criado de bordo, de Lisboa; Ernesto Pranchas Felipe Azedo, 34 anos, casado, criado de bordo, de Lisboa; Francisco Leonel Rodrigues Lobo, 32 anos, casado, empregado tecnico, do Barreiro Germano dos Santos Madeira, 40 anos, casado, pintor de Aldeia dos Doze (Oliveira do Hospital) Antonio Vieira Franco, 33 anos, soldador, de Lisboa, Amadeu Golçalves de Almeida Ferrão, 47 anos, casado gerente comercial, de Almada, José Joaquim Hipólito dos Santos, 32 anos, casado, economista, de Cedofeita, Porto; Vasco José Ferreira dos Santos Martins, 31 anos, casado, bancário, de Lisboa; Antonio

Lopes Cardoso, 31 anos, casado, engenheiro-agronomo da Ilha de São Tiago.

(Cabo Verde), Carlos dos Prazeres Ferreira, 32 anos, estudante, de Lisboa; Carlos Alberto da Veiga Pereira, 37 anos, casado, jornalista, de Novo Redondo, Antonio Francisco Correia da Graça Miranda, 29 anos, solteiro, estudante, de Lisboa; Gabriel Fernandes de Barros Lobo, 36 anos, solteiro, empregado de escritório, de Lisboa; Maria Eugénia Billenstein de Menezes; Luiz de Sequeira Varella Gomes, 38 anos, casado, assistente social, da Freguesia de São Pedro, Concelho de Evora; Germano Tavares Pedro, 39 anos, casado, comerciante, de Lisboa; Alexandre José da Conceição Melo Borges de Castro, 69 anos, casado advogado, de Celorico da Beira, José da Costa Pio, 67 anos, sacerdote, de Lisboa; Irene do Carmo Aleixo Rosa, 40 anos solteira, assistente social, de Olivais (Lisboa), Francisco Xavier Teixeira de Queiros Taveira Coelho Almeida e Vasconcelos, 36 anos, casado, engenheiro-geografo, de Ponte de Lima; Maria Manuela Martins da Rocha Antunes, 38 anos, solteira, assistente social, de Leiria; Manuel Rafael da Cunha Lopes, 31 anos, casado, serralheiro, de Lisboa, Jorge Teixeira Rodrigues dos Santos, 25 anos, solteiro, empregado no comércio, de Lisboa, Manuel da Costa, 27 anos, solteiro, comerciante, de Braga, Artur dos Santos Tavares, 32 anos, casado, empregado de escritório de Barreiro; José Domingos Marta de Oliveira, 32 anos, solteiro, profissional de seguros, da Moita; Antonio Joaquim Pica, 36 anos, casado, operário fabril, de Moura; João Eduardo Marques Farinha, 33 anos, casado, empregado de escritório, de Barreiro; Vitor Zacarias da Piedade Silva, 33 anos, casado, empregado técnico, de Santarem; Antonio Ricardo Barbosa, 36 anos, casado, bancário, de Montemor o Novo; Antonio Marques Canas, 26 anos, casado, empregado de escritório, de Macau; Bernardino Rodrigues Fera, 42 anos, casado, carpinteiro, da Moita; Eleutério Teixeira, 54 anos, casado, escriturário, da Freguesia da Nossa Senhora da Luz, da cidade de Mindelo, Concelho de Cabo Verde; Vitor Manuel Quintão Caldeira, 36 anos, casado, desenhista, de Lisboa; Jairo de Casal Simões, 29 anos, solteiro, ex-sargento do Exército, de Lisboa; João Carlos Canossa de Saldanha, 38 anos, solteiro, advogado, de Lisboa; Maria Lígia Alves Monteiro, 33 anos, divorciada, médica, da Guarda; Mariana Rosa Esteves, 40 anos, solteira, enfermeira de Alvitos; Francisco Lázaro de Albuquerque Veloso, 31 anos, solteiro, advogado, de Lagos; e, finalmente, Fernando Antonio Piteira dos Santos, 45 anos, publicista, da Amadora, Conselho de Oeiras.

## Goa: Antes e Depois

O governo fascista de Lisboa não perde ensejo de apresentar Goa como um verdadeiro inferno, onde tudo piorou desde que as tropas da União Indiana libertaram a colonia. Entretanto, as estatísticas, na sua linguagem eloquente, desmentem essas atoardas da propaganda fascista. No campo do ensino, por exemplo. Actualmente, mais de 49.000 crianças frequentam ali as escolas primária governamentais, isto é o triplo do número existente em dezembro de 1961. Quanto aos professores, que eram 496, são agora 1.020. De outro lado, sete novos liceus e três escolas de ensino superior foram inaugurados em Pangim, Margoa e Mapuca, registrando uma frequência superior a 2.000 alunos.

Depois de 400 anos de ocupação portuguesa, os goeses principiam a ter acesso à cultura.



# II Conferência da F.P.L.N. COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

## Algumas Considerações - II

Manuel Sertório

GUINE'

Conferência da PAIGC

MOÇAMBIQUE

Jógo dúbio

A 2.ª Conferência da F.P.L.N. definiu certos objectivos de luta, defendendo determinados tipos de acção política e tomou umas tantas medidas organizativas.

O que pretendem as forças anti-fascistas portuguesas? Que tipos de acção devem ser desenvolvidos para atingir os objectivos em vista? Quais as formas organizativas adequadas? — Foi a estas perguntas que a Conferência pretendeu responder e é para elas que cada democrata português, dentro ou fora da F.P.L.N., tem de encontrar respostas.

### Os Objectivos de Nossa Luta

8 — Derrubar o estado fascista é o objectivo comum de todos os democratas portugueses.

Para uns, esse derrubamento deverá dar lugar ao simples estabelecimento de certos direitos individuais. Para outros, o derrubamento do fascismo deverá conduzir desde logo à implantação do socialismo no nosso país.

Que espécie de luta é, afinal, a nossa?

É verdade, por um lado, que o ritmo inicial da marcha do povo português para o socialismo dependerá da forma concreta por que for derrubado o governo fascista e do equilíbrio ou desequilíbrio entre as forças progressistas e as reacionárias que nessa altura se verificar. Mas é também verdade, por outro lado, que algumas metas dominantes da sociedade portuguesa nos abrem desde já uma certa perspectiva estratégica para a nossa luta.

a) A burguesia portuguesa é economicamente poderosa e politicamente experiente. Uma das provas de que assim é reside nos traços peculiares do próprio fascismo português, com a sua fascistização prudentemente operada ao longo de vários anos e com o mascaramento "democrático" de muitas das suas instituições. Não falando já na burguesia monopolista, amplos sectores da média burguesia — que têm hoje um receio da insurreição popular incomparavelmente maior do que o seu desejo de se verem livres do salazarismo — opõem-se amanhã à marcha para o socialismo, usando para isso todo o seu arsenal económico e político, desde as formas reacionárias de oposição surda até às formas ostensivas do combate contra-revolucionário.

b) Além do dinamismo da burguesia portuguesa, pesará extraordinariamente na conjuntura post-fascista a permanência das forças armadas com a natureza classista que hoje têm, o que não se confunde com o problema dos altos comandos fascistas, facilmente substituíveis. Para que assim não fosse, as forças armadas teriam de ser aniquiladas ou pelas forças armadas de outro país ou por um autêntico exército libertador português. Ora, vimos que a realidade internacional torna impossível a primeira hipótese. E a segunda é também tão impossível quanto impossível é uma guerra civil de libertação, como ocorreu na China, em Cuba e na Argélia. O mais provável, com efeito, é que a derrocada violenta do fascismo tenha lugar, no máximo, em 1 ou 2 dias — e possivelmente em poucas horas —, em virtude, por um lado, do poder destrutivo das armas modernas, da pequenez do território nacional, da ausência de grandes acidentes orográficos, da impossibilidade de recrutamento e organização de um exército libertador; e, por outro lado, da comoção provocada por um movimento insurreccional sobre a clique governamental desmoralizada.

Deste modo, será ulteriormente ao derrubamento do fascismo que as forças armadas portuguesas terão de ser militar e politicamente neutralizadas na sua potencial acção contra-revolucionária, assim como só então o poder económico da burguesia monopolista e da média burguesia reacionária poderá começar a ser jugado.

9 — Esta perspectiva não é desanimadora, porque, perante a diversificação dos caminhos nacionais para o socialismo, fica aberta a possibilidade, após o derrubamento violento do salazarismo, de uma via pacífica para a conquista do poder político por parte das forças socialistas portuguesas.

Vejamus porquê. a) O esquema constitucional a ser arrancado às forças conservadoras depois da aniquilação do salazarismo poderá permitir o exercício de uma

ditadura legal do proletariado e das demais forças sociais revolucionárias sobre a burguesia monopolista e a média burguesia reacionária, não no sentido stalinista do termo mas no sentido inverso do da ditadura legal que estas últimas classes sociais exercem nos regimes capitalistas "democráticos".

b) Para esta tarefa, como para outras da fase inicial post-salazarista, o proletariado, o campesinato e os intelectuais marxistas contarão como aliados com a pequena burguesia e os sectores empobrecidos da média burguesia, que então estarão interessados na democratização das estruturas fundamentais da sociedade portuguesa. É claro, no entanto, que haverá sempre a tomar em conta o carácter dualista dos sectores burgueses não monopolistas, que ora os fará proceder como seus inimigos de classe. E, assim, as forças socialistas terão sempre de agir em face da burguesia por forma dúctil e dialéctica, umas vezes estabelecendo com ela a unidade perante certos problemas concretos e outras vezes lutando contra ela com referência a outros problemas concretos, de acordo com as contradições da sociedade portuguesa.

c) O caminho português para o socialismo reunirá as condições suficientes para ser pacífico, depois do derrubamento do fascismo, se se vier a contar com a participação majoritária das forças socialistas no exercício do novo poder político e se a essa participação se juntar uma forte e ininterrupta pressão das forças populares, para o que será de muita importância a unidade de acção, parlamentar e sindical, de todas as organizações marxistas.

10 — Esta perspectiva estratégica, que se resume em desligar o derrubamento do fascismo da posterior marcha para o socialismo, exige um certo número de compromissos entre as actuais correntes anti-fascistas para o exercício conjunto do poder, imediatamente após a derrocada da engrenagem salazarista.

Ensina-nos a experiência que os compromissos desta natureza são apenas cumpridos até que deixem de ser vantajosos para uma ou mais partes compromissadas e por isso para nada serviria a elaboração desde já de um programa pormenorizado de governo, pois é cedo para se saber com precisão o peso das diversas forças políticas portuguesas perante o futuro Governo Provisório. Mas já o mesmo não sucede com uma plataforma que dê corpo aos objectivos básicos de democratização do Estado e da sociedade no nosso país, após o derrubamento do fascismo, e foi uma tal plataforma que se configuraram os objectivos de luta constantes das resoluções da 2.ª Conferência da F.P.L.N.

### A Acção Antifascista

11 — É de acordo com uma prévia perspectiva estratégica, como a que atrás fica proposta e me parece traduzir os pontos de vista da 2.ª Conferência a respeito da matéria, que se podem delinear os traços gerais, de ordem tática, da acção anti-fascista.

a) A acção anti-fascista deve ser, assim, a acção destinada a aniquilar o fascismo; não a acção destinada a tirar um homem do poder e a preservar a estrutura do actual Estado; e também não a caricatura de acções próprias de uma guerra civil para a qual não há lugar em Portugal.

Por isso deve ser excluída dos planos dos democratas portugueses toda a espécie de *putschismo*; e pela mesma razão excluídas devem ser também as acções associadas à ideia de uma luta violenta e demorada contra o salazarismo.

b) As forças armadas são, mais do que a PIDE e tal como sucede em qualquer outro país capitalista, o grande sustentáculo da ordem estabelecida. O fascismo português conseguiu formar e seleccionar altos comandos cuja iniciativa revolucionária é de todo em todo improvável. Mas, hoje mais do que nunca, encontra-se grandemente comprometida a capacidade desses altos comandos se fizessem obedecer pelos soldados e sub-oficiais, num choque violento que exija das forças armadas a defesa activa do fascismo. Mais: a obediência da grande maioria de oficiais-generais a ordens do governo no sentido de um massacre fascista está longe, também, de ser certa.

Ora, a neutralização política das forças armadas destacadas para a repressão só poderá ser conseguida pelas massas populares. Precisamente por isso, é no confronto das massas com as forças armadas repressivas

que tomará corpo a insurreição popular.

c) Para que essa insurreição popular seja uma realidade concreta e não uma ideia abstracta como a do levantamento nacional, é necessária uma constante e integral mobilização das massas. Daí a necessidade de acções de carácter inicialmente pacífico (legal ou semi-legal) e das mais variadas naturezas: política, económica, cultural, recreativa.

d) E para que tais acções de massas conduzam à mobilização destas para formas superiores de luta, exigindo cada vez mais audácia e capacidade de sacrifício, é necessário o enquadramento das massas por grupos de patriotas activistas, orientados por esse objectivo final: o confronto insurreccional das massas com as forças armadas. Estes grupos deverão proceder das massas manifestantes e, em condições favoráveis, ao desenvolvimento de movimentos ofensivos. Para isso é evidente que será preciso estarem armados.

12 — A 2.ª Conferência tornou suficientemente clara, nas suas resoluções, a necessidade simultânea de acções pacíficas e de acções violentas para o derrubamento do fascismo, vincando a sua mútua completude, em lugar da sua recíproca exclusão. Por seu lado, as J.S.A.P. deverão ser os organismos encarregados da preparação e execução de umas e outras acções. Mas a verdade é que o mito da violência, exclusiva que a pouco e pouco está a tomar o lugar do antigo mito da solução pacífica do problema português, torna difícil chegar-se a acordo sobre as acções concretas que devem ser levadas à prática e sobre a franca e decidida comunhão de esforços para assegurar o seu êxito. Não basta, com efeito, que cada uma das diversas correntes da Oposição, em face de acções propostas por outra corrente, se limite a apor-lhe o seu "nihil obstat", pois enquanto assim suceder não realizaremos uma verdadeira unidade de acção, alimentando apenas as tréguas actualmente vigentes na Oposição.

13 — No último trimestre de 1965 decorrerão as eleições gerais para deputados e, poucos meses antes, a eleição do novo presidente da República. Embora este último pleito haja de ter lugar, pela primeira vez, por forma indirecta, numerosas pressões populares poderão e deverão ser exercidas sobre a Assembléa Nacional e os demais corpos eleitorais do presidente.

Antes das pugnas eleitorais, nada é mais justificável do que o desenvolvimento, à escala nacional, de uma larga campanha em favor da realização de um plebiscito sobre a política colonial do actual governo.

A campanha nacional (e internacional) pela amnistia dos presos e exilados políticos deve, também, prosseguir, sem que nenhuns esforços sejam poupados no sentido da rápida recuperação do campo perdido.

Todas estas acções são inicialmente pacíficas mas nem todas elas estão necessariamente destinadas a guardar, no seu decurso, a mesma natureza.

Operar essa alteração é, acima de tudo, o papel da Organização.

(Continua no próximo número)  
(\* Vd. o artigo sob o mesmo título publicado no n.º anterior deste jornal.)

### Auxiliai Estas Patriotas

Publicamos abaixo os nomes de seis patriotas encarcerados pela PIDE e as moradas das respectivas famílias. Escrever a estas é uma forma de ajuda.

FERNANDA PAIVA TOMAZ — José Paiva Tomaz — MORTAGUA. Maria Albertina Diogo — Luiz de Carvalho — Rua da Fábrica n.º 8 — PORTO.

MARIA ALDA NOGUEIRA — Antónia Nogueira Vilarigues — Rua da Creche n.º 11 — 5.º Esq. — LISBOA.

COLELIA FERNANDES — Eugénia Maria Fernandes Figueiredo — Rua José Luis de Moraes, 78 — Cave, Dto. — SACAVÉM.

DRA. JULIETA GÂNDARA — Arquitecto Hernâni Gândara — Rua D. Fernão Alvares n.º 8 — Cave, LISBOA.

SOFIA FERREIRA — Rua da Pedra Furada n.º 10 — 2.º Esq. — VILA FRANCA DE XIRA.

NATALIA DAVID MARTINS — Elisio David — Rua de Santa Catarina n.º 202 — PORTO.

Teve lugar, de 13 a 17 de Fevereiro p.p., a 6.ª Conferência Geral de Quadros do PAIGC, a qual foi a primeira a realizar-se no próprio território guineense, numa das regiões libertadas, ao sul do rio Geba. Esta Conferência tomou resoluções muito importantes, tais como as referentes à organização da parte do território nacional já libertada e à criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, compreendendo as Guerrilhas, o Exército Popular e a Milícia Popular.

NAPALM

Entretanto, os bombardeamentos aéreos de populações inteiras tornou-se um processo habitual nas mãos das tropas salazaristas, que têm, assim, destruído inúmeras povoações guineenses, destituídas de qualquer valor estratégico. Entre estas podem nomear-se as seguintes: Cafine, Campeane, Catum, Calaque, Cafal, Catés, Darsalam, Cabante, Cassinja, Quecore, Cometchim, Cair, Cateamba, Hhocubol, Causal, Canefaque, Casebeche e Cassentem, completamente destruídas pelo napalm.

Reforços militares

As F.A.R.P. dos nacionalistas da Guiné prosseguem, porém, na conquista do território nacional. Isto mesmo é tacitamente confessado pelo governo de Lisboa, que não cessa de enviar reforços para esta colónia. Assim, mais 1.200 soldados partiram da capital portuguesa, no p.p. dia 8 de Maio, a bordo do *Huige*, com destino à Guiné.

GUINE'

Polícia e bons negócios

O orçamento da Guiné viu-se recentemente reforçado por mais um crédito, este para as forças da polícia, no montante de cinco milhões de escudos.

Assim, o povo português continua a pagar os encargos acarretados pelo delírio imperialista do governo de Salazar... e os bons negócios que os monopolistas fazem na colónia. Deste modo, já no corrente ano, foram inauguradas em Bandim, perto de Bissau, novas instalações para armazenagem do petróleo da SACOR, que cobrem uma área de 20.000 metros quadrados e importaram em 18 milhões de escudos.

A cerimónia inaugural compareceram dois conhecidos apaniguados de Salazar, o antigo ministro Lumbrales, em representação da SACOR, e Santos Pedroso, pela CIDLA, que é o monopólio do gás engarrafado.

ANGOLA

Padres presos

Dez padres angolanos conservam-se presos às ordens da PIDE, em Portugal, sem que haja notícias precisas sobre o seu estado de saúde. Um desses sacerdotes é Mgr. Manuel das Neves, vigário-geral do Arcebispado de Luanda 2.º vice-primeiro-ministro do G.R.A.E., o qual, contando mais de 70 anos de idade, numa das suas últimas mensagens solicitava missas, por sua vida e pelas de seus companheiros, o que demonstra o precário estado físico em que então se encontravam já.

Do Erário Público para os grandes monopólios

Como na Guiné, a causa profunda da guerra colonial em Angola é a preservação dos interesses dos grandes monopólios.

As despesas, é o povo português que as paga. Assim, as forças armadas expedicionadas em Angola contam, no orçamento do corrente ano referente ao Ministério da Defesa, com a bagatela de quinhentos milhões de escudos...

Os lucros, são, como tinha de suceder, os monopólios que os embolsam; e há ainda lugar para muitos. Por isso, os investimentos estrangeiros são encorajados numa escala sem precedentes. Também novas concessões são quase que diariamente feitas. Uma das últimas teve como beneficiária a recentemente constituída "Angola Exploration Company Ltd.", que na vastíssima área que lhe foi concedida já iniciou os trabalhos de prospecção de pedras preciosas, inclusive de diamantes, na base monopolista que lhe foi assegurada pelo governo português.

A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) denunciou recentemente, no seu Boletim de Informação n.º 7, as visitas há pouco realizadas por Henry Ford e pelo almirante Anderson, embaixador norte-americano em Lisboa, o primeiro a Salazar e o segundo a Moçambique. "Estas duas visitas" — diz o FRELIMO — "mostram-nos que há uma posição de princípio a adoptar em relação aos países imperialistas: (...) estes países não são realmente nossos amigos. Eles estão preparando o terreno para continuarem nas suas posições de exploradores".

Torturas novas para prisão nova

Em Machava (Lourenço Marques), uma enorme prisão acabou recentemente de ser construída. Aos presos, moçambicanos, que ali foram logo instalados estão a ser infligidas torturas físicas "experimentais", tais como choques eléctricos nos ouvidos, no sexo e no corpo em geral; queimaduras no rosto, sobranceiras e plantas dos pés; uso dos narizes como cinzeiros, etc., além das "clássicas" esttua e palmatória.

Nacionalistas mártires

Em consequência deste tratamento, muitos moçambicanos morreram já, como Sheikh Hanza Bin Issa, que fôra preso em Mocimboa da Praia, em janeiro de 1962; e outros estão sofrendo de perturbações mentais, como Kenda Klifford, Antonio Sikola, Bringué, etc.

### PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL  
RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel. 43-0202

REPRESENTANTES  
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real Sa Torre, 819 - 1.º

CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha - eio — R. Dr. Flores, 26 — Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — R. Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, n.º 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia)

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Jindiská, 15 — Schránká 646 — Praha

REDAÇÃO  
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.

EXPEDIENTE  
Dias úteis: das 19 às 22 horas  
sábados: das 15 às 19 horas  
Número avulso: Cr\$ 30,00  
Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00  
Ass. p/ o Exterior: US\$ 10,00

Ano VX - N.º 83 - Ma./Jun. 64

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.



# NO 1.º DE MAIO PATRIOTAS BATEM-SE NAS RUAS DE LISBOA

LISBOA (Do correspondente) — Ocupando as ruas de Lisboa durante várias horas e transformando-as em palco de manifestações anti-fascistas, o povo português alcançou no passado dia 1.º de Maio uma vitória de extraordinário significado. Numa clara demonstração dos progressos realizados no terreno organizativo, as manifestações foram este ano, diversamente das anteriores, cuidadosamente preparadas e anunciadas à população com larga antecedência, em desafio frontal ao aparelho policial do regime. O fortalecimento das forças democráticas e a certeza de que o povo da capital responderia ao apelo para sair à rua permitiu uma mudança de táticas que se revelou inteiramente certa. Assim, nas semanas que precederam o 1.º de Maio, tanto a Rádio "Portugal Livre" como a Rádio "Voz da Liberdade" difundiram nos seus programas insistentes apelos da Frente Patriótica de Libertação Nacional para que o povo transformasse o Dia do Trabalho em memorável jornada de combate ao fascismo, desafiando todas as suas proibições e ameaças. De outro lado, milhares de panfletos cobriram a cidade nas vésperas da festa dos trabalhadores contendo palavras de ordem e incitamentos à luta. E, como era de esperar, as massas corresponderam admiravelmente.

## Quebradas as Montras do SNI

No intuito de amedrontar a população, o governo fascista fez ocupar a cidade desde as primeiras horas da manhã por poderosos contingentes policiais e por tropas de choque da Guarda Nacional Republicana. Todo esse espectacular dispositivo, a que não faltavam elementos mecanizados e blindados revelou-se, porém, impotente, para conter a multidão que a partir do meio dia, começou a invadir o centro da cidade em vagas sucessivas. Demonstrando uma perfeita organização, os manifestantes, em vez de concentrarem os seus esforços em um único ponto, realizaram as principais concentrações em locais afastados embora quase simultaneamente, desorientando assim o aparelho policial e diminuindo-lhe o poder de repressão. Assim, enquanto uma grande concentração popular se realizava na Graça, fazendo convergir para ali importantes reforços policiais, decorria no Rossio e nos Restauradores a principal manifestação do dia, de que participaram cerca de tres mil patriotas, entre os quais figuravam numerosos estudantes e operários. Cantando o hino nacional, a multidão rebentou os cordões policiais e aos gritos de AMNISTIA, LIBERDADE, PÃO iniciou um vibrante desfile, quebrando à passagem as grandes montras do Secretariado Nacional de Informação, facto que arrancou aplausos de quantos, embora sem participarem da manifestação, assistiam aos acontecimentos.

O preço pago pelos patriotas não foi, mercê da forma organizada como agiram, tão alto como em anos anteriores. Segundo os jornais houve apenas um morto, cuja identidade ainda não foi revelada, mas sabe-se que as rajadas de metralhadoras disparadas pela PSP e pela GNR feriram vários manifestantes.

## Malogro do Terror Previo

As autoridades fascistas, nos dias seguintes, ao fazerem o balanço da situação, não conseguiram esconder o seu pessimismo em relação às perspectivas que se lhes abrem. Efectivamente, a forma como decorreram as manifestações do 1.º de Maio surpreendeu profundamente o Governo que esperava ter vibrado um golpe decisivo na organização daquela tradicional jornada de luta com a grande campanha de terror policial desencadeada nas semanas que precederam a efemeride.

Logo que as Rádios "Portugal Livre" e "Voz da Liberdade" principiam a difundir as suas palavras de ordem, a PIDE resolveu contra-atacar e começou a desenvolver-se em todo o território nacional uma onda sistemática de prisões, acompanhadas das mais ostensivas manobras de intimidação. No Porto foram presos numerosos ferroviários e em Almada a policia realizou várias detenções entre os operários das indústrias corticeiras. De outro lado sabe-se que em Aljustrel foram presos mais de 20 mineiros e na Marinha Grande dez operários. Santarem, Alpiarça, Caldas da Rainha, Torres Vedras foram

também atingidas de modo especial pela vaga de terror.

Simultaneamente intensificava-se de modo alarmante nas principais estradas do País a operação STOP realizada pela PSP e pela Policia de Transito que, a pretexto da campanha "Menos mortos na estrada", detinham toda a especie de veiculos, verificando minuciosamente a identidade dos seus condutores. A direcção da iniciativa coube, bem entendido à PIDE, contando-se por dezenas os seus agentes infiltrados no dispositivo montado.

## A Combatividade dos Estudantes

A primeira derrota grave das autoridades fascistas verificou-se nas vésperas do 1.º de Maio quando os estudantes de Lisboa "festejaram" com uma serie de greves o aniversário de Salazar, como protesto pela prisão de sete colegas. A primeira greve foi em Economicas, onde o movimento contou com a participação de 80% dos estudantes daquela faculdade.

As violencias policiaes contra o sector estudantil iniciaram-se no dia 28 de Abril quando, à porta da Pastelaria Santa Marta, José Luis Saldanha Sanchez, da Faculdade de Direito de Lisboa, foi atingido com dois tiros, um no ventre e outro no ombro, ao resistir a dois agentes da PIDE. Conduzido sob prisão ao hospital de São José, foi mantido incomunicavel, apesar da gravidade do seu estado, durante várias horas. A Policia, consultada a respeito, alega não ter acusação contra ele.

A participação dos estudantes liceais é outro facto auspicioso e revelador do espirito de revolta contra o fascismo que atinge hoje todas as camadas da população. Pela intervenção que tiveram em vários movimentos encontram-se presos os seguintes estudantes, todos eles alunos do 7.º ano dos liceus: Mario Marcelo, de 19 anos; Ayres de Aguiar Bustorj, de 17 anos; José Palma Carlos Laranjo, de 19 anos. Também se encontram presos os estudantes Parreira, da Casa dos Estudantes do Imperio, e Maria Helena Santos e Angela Maria.

## A Luta dos Pescadores

No setor piscatório o espirito de resistencia ao fascismo manifestou-se com particular intensidade nas semanas que precederam o 1.º de Maio. As sucessivas greves desencadeadas nos principais portos do Algarve desorientaram as autoridades fascistas. Desde os primeiros dias de Abril que todos os pescadores de Portimão, Lagos, Olhão e Vila Real de Santo Antonio, isto é, vários milhares, entraram em greve, recusando-se a sair para o mar. As fábricas de conservas, em consequencia dessa parede, tiveram de fechar as portas. Os pescadores, explorados pelos conserveiros, que lhes asseguram trabalho apenas durante cinco meses no ano, lançaram um apelo pedindo a solidariedade dos sindicatos piscatórios de todo o mundo. A tensão atingiu o auge no dia 17 de Abril, em Portimão, quando a Policia dissolveu a cassetete uma manifestação de que participavam também as mulheres dos pescadores locais.

## A URSS e a RAU Intensificam o Apoio aos Povos das Colonias

CAIRO (Do correspondente) — Ratificando as afirmações feitas por ocasião da inauguração da barragem de Assuan, o presidente Nasser, da República Arabe Unida, e o primeiro ministro da União Sovietica, Nikita Krushev, reafirmaram no comunicado conjunto publicado nesta capital no dia 24 de Maio, a firme determinação em que se encontram os seus respectivos países de intensificarem o apoio moral e material aos povos de Angola, de Moçambique e da Guiné dita portuguesa na luta que os mesmos travam contra o colonialismo fascista de Salazar. Comentando a declaração, os principais órgãos da imprensa egipcia salientam que a inclusão no comunicado de uma referencia expressa à luta pela independencia das colonias portuguesas demonstra que o auxilia aos movimento nacionalistas vai passar à fase das realizações concretas.



Uma imagem comum nas ruas de Lisboa e que se repetiu em inúmeros locais da cidade durante a jornada do 1.º de Maio, quando milhares de patriotas desarmados enfrentaram corajosamente o poderoso aparelho policial do fascismo. Cenas de espancamentos brutais, como o que a gravura mostra, ocorreram às dezenas!

## As Memórias do General Delgado

Editadas por Cassel & Co. Ltd, de Londres, foram há pouco publicadas "As Memórias do General Delgado". A edição britânica é, assim, a primeira a surgir deste livro do General, escrito por ele, já há anos, para a Opera Mundi.

O livro, com cerca de 220 páginas, contém quatro partes, das quais a terceira se refere ao período que vai da campanha eleitoral de 58 até ao asilo político do autor na Embaixada do Brasil e a parte quarta se reporta aos acontecimentos posteriores, com fecho no assalto ao Quartel de Beja.

A obra reflecte, em muitas páginas, uma interpretação de factos passados e um certo número de pontos de vista que não são aqueles defendidos hoje pelo General Humberto Delgado, como nomeadamente sucede quanto ao problema colonial.

De uma maneira geral, trata-se de consequências naturais ou do curto período de tempo que mediou entre os acontecimentos relatados e a elaboração da obra, o que não facilitava juízos definitivos sobre esses acontecimentos e as personagens a eles ligados; ou de relevantes e rápidas alterações nas nossas perspectivas de luta anti-fascista, ocorridas nos últimos tempos.

As Memórias do General têm, porém, o mérito incontestável de oferecer a opinião pública mundial uma visão sistematizada dos mais influentes sucessos da última campanha presidencial e daqueles que imediatamente se lhes seguiram, além de, para nós — democratas portugueses — representarem algumas revelações sobre factos importantes, como, por exemplo, quanto as condições em que foi decidido o pedido de asilo à Embaixada do Brasil em Lisboa.

Também a nós — anti-fascistas militantes — se dirige o verdadeiro apelo com que o General Delgado encerrou este volume das suas Memórias:

"O país deve ser governado pelas gerações joves, entre os 21 e os 50 anos de idade, as por isso chamadas de "terceira força". É com sincera emoção e afecto que eu as exorto a prosseguir no seu trabalho e a tornarem-se cada vez mais fortes, corajosas e confiantes na sua Causa, pois apenas assim incitarão o país à rebelião nacional que libertará, finalmente, o nosso bravo povo".

## Ultima Hora

### U.D.P. Protesta Junto do "Premier" Britanico

Com data de 21 de maio, a Comissão Executiva da Unidade Democratica Portuguesa enviou ao Primeiro Ministro Britanico, a carta que abaixo publicamos:

Sr. Alec Douglas Home  
Primeiro Ministro de Sua Magestade

## Portugal Democratico

Ao tomarem conhecimento das dificuldades materiais com que lutamos, dezenas de leitores apressaram-se a enviar-nos a importância das suas assinaturas em atraso, acrescentando palavras de incitamento e aplauso ao nosso jornal. Infelizmente, como vimos repetidamente salientando, "Portugal Democratico" não pode manter-se hoje sem contribuições extraordinárias dos seus amigos. A verba correspondente ao pagamento das assinaturas não cobre presentemente nem um terço das nossas despesas. A nova politica cambial brasileira, elevando para o dobro o preço do papel determinou o novo e brutal aumento nos gastos. De outro lado, elevação do custo dos serviços de composição e impressão rerepresentou, só no último mês, um acrescimo de mais de 100% nas verbas previstas. Nestas condições, "Portugal Democratico" enfrenta uma situação financeira muito delicada, com um desequilibrio cada vez mais pronunciado entre receitas e as despesas. Repetimos: a sobrevivencia do nosso jornal depende da compreensão e ajuda dos democratas portugueses espalhados pelo Mundo.

Britânica  
10, Downing Street, Londres.

Excelencia: Foi com profundo e justificado pesar que os democratas portugueses do Brasil tomaram conhecimento, através de telegrama publicado nos jornais, das declarações feitas por V. Exa. a proposito da intervenção do deputado Victor Goodhew durante debate travado na Camara dos Comuns no qual a guerra colonial de Angola foi mencionada. Não é a primeira vez que o governo britânico, pelas posições assumidas em face dessa guerra, significa que dá mais importancia à manutenção das suas excelentes relações com a ditadura fascista de Salazar do que à conservação da amizade do povo português, tão duramente atingido pelas consequências desse conflito colonial contrário aos seus interesses e ao seu desejo de Paz.

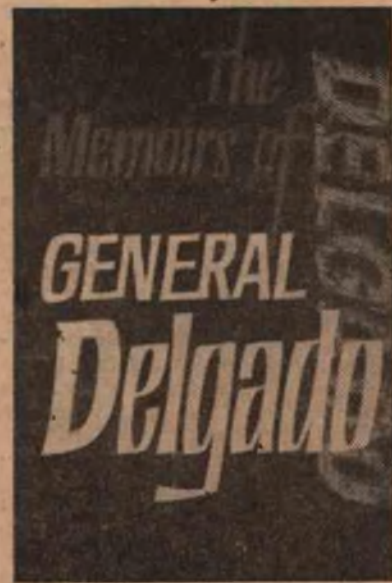
No momento em que V. Exa. acaba de manifestar o seu acordo com aqueles que no Reino Unido aceitam como válidas as teses de Salazar sobre a guerra de Angola, interpretamos o pensamento da emigração democratica portuguesa no Brasil relembrando a V.Exa. que tais atitudes só contribuem para aprofundar os justos ressentimentos do povo português diante da sustentação politica, financeira e militar do regime fascista de Lisboa pelo governo de Sua Magestade.

Atenciosamente.

Pela Comissão Executiva da Unidade Democratica Portuguesa:

Alexandre Pereira, Augusto Araújo, Antonio Bidarra Fonseca, Manuel Sertório, Miguel Urbano Rodrigues.

Cópias dessa carta foram enviadas ao Partido Trabalhista Britanico e aos principais órgãos da imprensa inglesa.



PORTUGAL DEMOCRATICO  
R. Cons. Furtado, 191, C.P. 4469 — SP, Brasil  
Endereços de Assinantes